

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

KELLEN DE FÁTIMA PIMENTA MENDES ROCHA

**A UTOPIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
E NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO: Da
sociedade vivida à sociedade sonhada**

Montes Claros/MG
Março/ 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

**A UTOPIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
E NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO: Da
sociedade vivida à sociedade sonhada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Elton Dias Xavier

Montes Claros/MG
Março/ 2017

R672u

Rocha, Kellen de Fátima Pimenta Mendes.

A utopia no movimento dos trabalhadores sem terra e no movimento dos trabalhadores sem teto [manuscrito] : da sociedade vivida à sociedade sonhada / Kellen de Fátima Pimenta Mendes Rocha. – Montes Claros, 2017.

94 f.

Bibliografia: f. 91-94.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Elton Dias Xavier.

1. Utopia. 2. Movimento social. 3. Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). 4. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). I. Xavier, Elton Dias. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Da sociedade vivida à sociedade sonhada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação de Mestrado intitulada “a utopia no movimento dos trabalhadores sem terra e no movimento dos trabalhadores sem teto: da sociedade real à sociedade sonhada” de autoria da mestranda Kellen de Fátima Pimenta Mendes Rocha aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Elton Dias Xavier – PPGDS-UNIMONTES (orientador)

Profa. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira – PPGDS-UNIMONTES

Profa. Dra. Mariah Brochado Ferreira – UFMG

O que caracteriza a utopia é constituir uma aspiração que ultrapassa o indivíduo que a formulou e o tempo imediato, para ser uma aspiração de muitos e para muitos num tempo futuro.

Josué Montello

Agradecimentos

Início meus agradecimentos por DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente eu não teria dado conta! Deus, obrigada por me guiar, iluminar e me dar tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades.

A meus pais, meu padrasto e aos meus avós, meu infinito agradecimento.

Ao meu querido esposo, Fernando, por ser tão importante na minha vida. Sempre acreditando em mim e me fazendo confiar que posso mais que imagino. Agradeço por ter sido paciente com a nossa distância (física), pois, comigo, priorizou os meus projetos.

Às pequenas Júlia e Maria Rafaella, que, mesmo sem muito entender, suportaram a minha ausência e me deram sonhos suficientes para superar qualquer dificuldade. Costumo dizer que se existisse uma “loja de filhos”, eu entraria e pegaria exatamente vocês duas... Minhas maiores inspirações, amores da minha vida! Vocês são minha completude: Juju trouxe as cores para as formas que Rafa deu à minha vida. Obrigada por me amarem mesmo nos meus momentos de aflição e distanciamento. Tudo teve seu propósito e tudo eu dedico a vocês, filhas!

Aos meus amados e inseparáveis irmãos, Júnior, Keity, Karen e Letícia, que sempre acreditaram na minha capacidade. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser A MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelos momentos de socorro quando, por diversas vezes, deram o afeto para as minhas pequenas, quando eu não podia estar presente. Obrigada pelo amor incondicional a elas!

Aos meus cunhados e sobrinhos que sempre se orgulharam de mim. Obrigada pela confiança!

Aos meus primos Fábio e Thiago e à amiga Débora por me “empoderarem” e me encorajarem, me dando consciência da profissional que eu sou.

Aos meus eternos amigos/queridos Érica e Bruno eu agradeço por tudo! Devido ao companheirismo incansável, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por terem feito do meu sonho o nosso sonho!

Às minhas amigas de sempre, Je, Pri, Cecys e Mi (Balet's), por só quererem o meu bem e me valorizarem tanto como pessoa. Obrigada pela amizade!

À Eterna Primeira Vara Criminal do Dr. Isaias, por todo o incentivo na minha aprovação e por se alegrarem com cada etapa vencida!

Aos incríveis amigos que este Mestrado me proporcionou: meus colegas de classe. Por toda a sintonia, toda troca de aprendizado, toda paciência nos momentos não tão bons, enfim, por termos nos tornado um só! Sempre compartilhando das mesmas alegrias e ansiedades. Agradeço, em especial, à querida presidente Vaena pela alegria e pela dedicação a nós; ao eterno “parça” Rogério (Cau), por ser sempre tão solícito e positivo e à doce Dany por tanto carinho e dedicação ao meu trabalho, se colocando sempre à disposição para me ajudar.

Em especial, agradeço aos meus sogros, Cezário e Natália, por tanta compreensão. Eu me perco nas palavras para conseguir expressar tamanha gratidão que sinto neste momento. Agradeço imensamente à minha sogra por ser a primeira pessoa a acreditar em mim e por todas as vezes que me socorreu nas minhas ansiedades. Agradeço por ter paciência com meus afazeres, meus horários e com todas as dificuldades que encontrei nestes últimos anos. Sou muito grata pelo amor e generosidade que todos os dias recebi da senhora e por ter suprido o meu papel de mãe com Júlia. À senhora dedico este trabalho!

Gostaria de agradecer ao PPGDS, na pessoa da prof^a Dra^a Maria da Luz, por toda generosidade e por abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.

Finalmente, manifesto a minha gratidão ao meu orientador, Doutor Elton Xavier, por diversos motivos! Primeiramente por ter aceitado ser o meu orientador, estando sempre disponível e disposto a me ajudar durante estes dois anos. Enquanto eu, cega pela ansiedade, buscava limitações para mim e para o meu trabalho, a sua serenidade, seu comprometimento com o próximo e a sua admirável sabedoria abriram os meus horizontes! Penso que o seu exemplo de profissional foi a minha “utopia”, o que me impulsionava a todo o tempo para que eu seguisse dando sempre o meu melhor. Mas, mais do que isto, eu agradeço por ter me surpreendido ao acreditar no meu potencial de uma forma que eu não acreditava ser capaz de corresponder. Por ter me surpreendido ao demonstrar que a humildade é luz para todas as coisas. Que eu posso ter todo o conhecimento e, ainda assim (ou, exatamente por isto), eu possa me manter humilde. Enfim, me fez entender que pessoas grandes de verdade sabem que são pequenas e, por isso, crescem. Ao

senhor, eu agradeço por dar abrigo aos meus pequenos passos, me mostrando que sabedoria e humildade podem coexistir na mesma proporção.

RESUMO

A dissertação tratará da utopia como mobilizadora das aspirações dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Buscará compreender o que os fortalece a continuarem na luta pela sociedade almejada, mesmo em meio a tantos desafios, tensões e conflitos que enfrentam. Os objetivos fundamentais do MST, desde sua criação, são a luta pela terra e pela reforma agrária. O MTST, por sua vez, possui um caráter urbano, pois suas reivindicações acontecem na cidade. Contudo, tanto o MST quanto o MTST partilham dos mesmos ideias, ou seja, a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Desta forma, são impulsionados por desejos revolucionários, chamados de utopia. A pesquisa questiona se o que os une é somente o sonho de conquistar apenas um pedaço de terra e de ter um teto, ou se de fato existe o anseio de construir uma sociedade igualitária e de aderirem aos ideais de mudança social. Ainda, analisará se a Utopia é um elemento constitutivo da ação política destes movimentos sociais. Elemento que visa transformar a realidade daqueles que decidiram aderir ao MST ou ao MTST. Assim, analisará se a utopia é um elemento essencial nos movimentos sociais, se ela atua impulsionando as pessoas a trabalharem na construção de um mundo melhor, vez que se fez presente nas diversas épocas históricas. Por ser o caráter revolucionário uma das principais características da utopia, o indivíduo que adere ao MST ou ao MTST critica seu *status* atual e luta por mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes, sempre objetivando a construção de uma sociedade melhorada. Desta maneira, o propósito da dissertação é entender se, tanto no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, é este “impulso utópico” que os faz prosseguirem na luta por uma sociedade melhor.

Palavras-chave: Utopia; Movimento Social; MST; MTST.

ABSTRACT

The dissertation will deal with utopia as mobilizing the aspirations of the members of the Landless Workers' Movement and the Homeless Workers' Movement. It will seek to understand what strengthens them to continue in the struggle for the desired society, even in the midst of the many challenges, tensions and conflicts they face. The fundamental objectives of the MST since its inception are the struggle for land and land reform. The MTST, on the other hand, has an urban character, because its claims happen in the city. However, both the MST and the MTST share the same ideas, that is, the building of a more just and fraternal society. In this way, they are driven by revolutionary desires, called utopia. The research questions whether what unites them is only the dream of conquering only a piece of land and having a roof, or whether there is indeed a longing to build an egalitarian society and adhere to the ideals of social change. It will also analyze whether Utopia is a constitutive element of the political action of these social movements. Element that aims to transform the reality of those who have decided to join the MST or the MTST. Thus, it will analyze if utopia is an essential element in social movements if it acts by impelling people to work in the construction of a better world, since it was present in the different historical epochs. Because the revolutionary character is one of the main characteristics of utopia, the individual who joins the MST or MTST criticizes its current status and struggles for changes in the current economic, political and social structures, always aiming to build an improved society. In this way, the purpose of the dissertation is to understand whether it is this "utopian impulse" in both the Landless Workers' Movement and the Homeless Workers Movement that makes them pursue the struggle for a better society.

Keywords: Utopianism ; Social movement; MST ; MTST.

LISTA DE SIGLAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 UTOPIA	
1.1 Gênese e evolução do conceito.....	17
1.2 A Utopia, de Thomas More: O clássico literário.....	24
1.3 Utopia enquanto impulso/movimento – O “não lugar”.....	30
1.4 Distopia.....	33
2 O MST E MTST COMO MOVIMENTOS SOCIAIS: O projeto de sociedade “melhorada”	
2.1 A ideia de Sociedade “melhorada” nas tradições/construções Utópicas de Platão em “A República” e Thomas More em “Utopia”.....	36
2.2 Movimentos sociais como questionadores e transformadores da realidade..	41
2.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.....	49
2.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.....	55
2.3 O projeto de sociedade “melhorada” no MST e MTST.....	59
3 UTOPIA NA AÇÃO POLÍTICA DO MST E MTST	
3.1 O impulso Utópico na construção de sociedades igualitárias	64
3.2 Organização do MST e do MTST: Esperança coletiva.....	69
3.3 Utopia: elemento constitutivo da ação política do MST e MTST?	74.
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

O tema geral da presente pesquisa é a utopia no Movimento dos trabalhadores sem Terra e no Movimento dos trabalhadores sem Teto, vez que ambos compartilham de características e objetivos peculiares. Trazem no seio de seus movimentos o desejo de mudança, de transformação.

Individualmente ou em sociedade, as pessoas almejam mudar para melhor a realidade em que vivem. E nisto se traduz a utopia: neste movimento, neste impulso para a busca de uma situação futura que seja melhor do que a que se vive.

O encanto pelo tema surgiu durante as aulas da disciplina Teorias de Justiça¹. Em algumas de suas teorias, a justiça supõe a idéia de equilíbrio social, onde as pessoas vivam em harmonia num Estado igualitário. Dentre tantos autores apresentados, como John Rawls, estava Platão, em seu livro A República (obra que representou um verdadeiro empenho do autor na busca por uma conceituação de Justiça). A leitura d'A República de Platão abriu caminho para a leitura da Utopia (1516), de Thomas More, pois, ao trazerem representações de cidades ideais em suas respectivas obras, ambos os autores se assemelham².

Para alguns, utopia denota uma ideia de algo irrealizável, de um sonho fantasioso. Contudo, para os que almejam construir uma sociedade igualitária, onde não exista injustiça e distinção, a utopia pode ser um apelo para a construção da felicidade coletiva.

O termo Utopia foi criado por Thomas Morus³, em sua obra Utopia (1516) para, na época, contrastá-la com a Inglaterra, que assistia ao aumento do desemprego e ao levante social. Seduzido por alguns relatos de Américo Vespúcio, More imaginou o Homem civilizado chegando num paraíso natural, sonhando como esta ilha representaria o lugar ideal para se construir uma sociedade “melhorada”.

¹ Estado e Teorias de Justiça é disciplina do Mestrado em Desenvolvimento Social da Unimontes. Aulas que foram ministradas pelo Professor Doutor Elton Dias Xavier, no primeiro semestre de 2015.

² Platão, na obra A República, apresenta um modelo de cidade/estado ideal, em que os governantes tenham uma existência comum, evitando a busca pela riqueza. Na obra Utopia, de Thomas More, o autor apresenta a Ilha de Utopia, também um “estado comunitário”.

³ No trabalho são utilizadas duas formas nominais do autor de Utopia, Morus e More, pelo fato de utilizar as duas versões da obra, ou seja, uma em inglês e outra em português, vez que, nas respectivas versões, o nome do autor aparece grafado de maneiras diferentes.

Então, em 1516, escreveu sua maior obra: Utopia. O autor critica a sociedade injusta e desigual, amparando-se em um projeto de sociedade ideal.

More⁴ idealiza uma sociedade onde as mazelas, criadas numa estrutura em que existe a propriedade privada, não são admitidas:

[...] onde existe a propriedade privada, onde todo o mundo avalia as coisas em relação ao dinheiro, dificilmente é possível estabelecer nos assuntos públicos um regime que seja ao mesmo tempo justo e próspero; [...] Estou, portanto, convencido que os recursos só podem ser repartidos com igualdade e justiça, que os negócios dos homens só podem ser bem administrados, se for suprimida a propriedade privada. Enquanto ela subsistir, a parte mais numerosa e melhor da humanidade carregará um pesado e inevitável fardo de miséria e de preocupações. Reconheço que esse fardo pode ser aliviado numa pequena medida; mas suprimi-lo completamente é impossível (MORE, 2000, p. 61-62).

Para ele, a existência da propriedade privada não permite que uma sociedade goze de igualdade entre seu povo.

A partir disto, importante delimitar o tema sobre utopia nos movimentos sociais, no caso, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por possuírem objetivos semelhantes, sobretudo por lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, por serem dois dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, responderão ao presente trabalho.

O MST tem como ideais as reivindicações do trabalhador do campo, especialmente no que se refere à luta pela reforma agrária no Brasil. Por causa de uma organização social patriarcalista e patrimonialista, onde o grande latifúndio tornou-se sinônimo de poder ao longo dos anos, o Brasil foi marcado pela predominância de uma desigualdade do acesso à terra.

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, neste contexto, importa resistência à ação violenta de apropriação das terras, que desencadearam intensos conflitos agrários na região, também demonstra a dinâmica dos movimentos sociais que se alastravam em todo o país nas décadas de 70 e 80,

⁴ Por vezes, o trabalho menciona More e Morus, diferenciação decorrente de uma edição para outra da obra Utopia. Contudo, se refere ao mesmo autor.

como as lutas dos Movimentos no campo em diferentes Estados, a luta dos trabalhadores assalariados rurais contra a opressão, ocasionando na construção do MST.

Do mesmo modo, a ascensão dos “sem-teto”, enquanto agentes principais de contestações urbanas, no Brasil surgem relacionadas diretamente ao sucesso das atuações do MST no meio rural. Os “sem-teto” se manifestam, principalmente, por meio de ocupação de prédios públicos e terrenos desocupados nas grandes cidades. (ROSA, 2007)

O ponto nodal entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem teto, consiste em ambos pleitearem uma mudança na sociedade, por meio de respostas do Estado. Para estes movimentos, viver em uma sociedade igualitária requer que o Estado atenda às suas reivindicações.

É essa busca por uma sociedade melhor que alimenta tanto o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Diferentemente do pensamento utópico da antiguidade clássica, no MST e no MTST, a utopia se apresenta como movimento, impulso. Trata-se da ideia moderna de utopia. Aqui, a utopia não se restringe a um lugar ideal onde, quando alcançado, satisfazem-se todas as esperanças dos que nele habitam. Ao contrário, a utopia é que dá curso ao movimento, é ela que encoraja e leva esperança aos seus revolucionários. Desta forma, utopia propõe uma sociedade aberta, já que não se restringe a um mero espaço, a um lugar algum. A Utopia está dentro de cada ser que sonha com mudanças, servindo-os de impulso e movimento.

Morus arquitetou a Ilha Utopia, afastando a parte que dava acesso à Ilha, como forma de se proteger de tudo que permitisse alguma perda ou prejuízo na organização da sociedade utopiana. O MST, de maneira oposta, tenta erguer uma ponte unindo o campesinato ao mercado, avivando essa relação, sem, contudo, perder o modo camponês de viver. Já o MTST luta para que os edifícios comerciais que se encontrem inutilizados sejam transformados em prédios residenciais.

A *questão* principal do trabalho que aqui se apresenta é obter respostas para as seguintes indagações: A utopia impulsiona o MST e o MTST para a construção de uma sociedade melhor? O que os une é somente o sonho de conquistar um

pedaço de terra e de ter um teto, ou de fato existe o anseio de construírem uma sociedade igualitária e de aderirem aos ideais de mudança social? A Utopia é um elemento constitutivo da ação política destes movimentos sociais?

A *hipótese* com a qual se desenvolve a presente pesquisa é de que a utopia é o que move cada militante, cada dirigente, cada liderança. Movimentam-se em direção a uma sociedade melhor, deixando para trás as mazelas da sociedade já estabelecida. Contudo, não é tarefa difícil identificar as dificuldades que se deparam no transcorrer desse processo, pois o sonho de mudança requer desafios.

Abordando teoricamente o tema, a pesquisa possui natureza qualitativa, buscando compreender a utopia e relacioná-la ao Movimento dos Trabalhadores Sem terra e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. O objetivo é compreender o conceito de utopia e a sua função no MST e no MTST.

Para tanto, o trabalho se estrutura em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado Utopia, faz-se uma abordagem sobre o conceito e sua evolução. Em um primeiro momento, apresenta-se a utopia como gênero na antiguidade clássica, especialmente na obra *A Utopia* de Thomas More (1516). Enquanto gênero, enfatiza-se o “lugar ideal”, a Ilha utópica de Thomas More, pois é lá que a utopia se projeta.

Mais adiante (ainda no capítulo primeiro), o conceito de utopia é expandido para além da literatura e da cidade perfeita. Fenômeno que possibilita aos seres humanos questionarem sua situação atual e avançarem para uma nova sociedade. Finalizando este capítulo, apresenta-se o conceito de distopia e suas implicações na sociedade.

No capítulo segundo, denominado O MST e o MTST como movimentos sociais, além de apresentar os movimentos em questão, suas origens e como se apresentam atualmente, explicitando seus princípios e estrutura de organização, analisa-se a utopia enquanto algo que mobiliza os próprios movimentos, como são impulsionados a seguirem na luta para alcançarem a sociedade melhor do que a que estão inseridos. Para tanto, ainda neste capítulo, são apresentadas as ideias de Sociedade “melhorada” nas tradições/construções Utópicas de Platão em “*A República*” e Thomas More em “*Utopia*”, como ambos os autores descrevem o que seria uma sociedade melhor.

Do mesmo modo, busca-se compreender os ideais que sustentam as reivindicações e difundem os valores do MST e do MTST para a construção de seus projetos de sociedade “melhorada”. É neste capítulo que é dada relevância ao ponto nodal entre ambos os movimentos, ou seja, o objetivo maior que eles têm em comum de, ao criticarem a sociedade em que vivem, se lançarem a um futuro melhor, buscando respostas para seus anseios.

No terceiro e último capítulo, adentra-se ao estudo da ação política do MST e do MTST. Analisa-se se a utopia pode ser considerada como um elemento próprio da ação política destes movimentos, elemento este constitutivo de suas atuações para a consolidação de sociedades igualitárias e melhores.

Busca-se compreender se, de fato, é a Utopia que faz com que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto questionem situações atuais que estejam em desacordo com o que é esperado pela sociedade e, assim, busquem respostas para suas demandas. Em síntese, se as ações de ambos os movimentos são impulsionadas pela Utopia.

CAPÍTULO 1 A UTOPIA

No presente capítulo, trabalhar-se-á o surgimento do conceito de Utopia, bem como suas variadas interpretações. Analisar-se-á seu surgimento e evolução, a partir da influência de Thomas Morus (1516). Em seguida, dedicar-se-á atenção propriamente à ilha da Utopia, descrita na obra de Thomas Morus – A Utopia que seria a idealização de uma sociedade melhor. São trabalhadas, ainda, as contribuições de outros estudiosos da Utopia, Platão, Claeys, Marx e Ricoeur.

Diferenciar-se-á utopia enquanto lugar, de utopia enquanto impulso. Pois, pelos aprofundamentos acerca da utopia descrita por Morus, questiona-se: Ela é uma forma de contestar a sociedade vivida, idealizando um futuro melhor?

1.1 Gênese e evolução do conceito

Apesar de passados muitos anos da publicação da obra de Thomas Morus - A Utopia (1516) - não se exauriram as suas múltiplas reflexões filosóficas e decorrências políticas. Muitos desses efeitos reflexivos ocorrem, incontestavelmente, dos vários tipos de exploração da forma e do conteúdo da própria obra de Morus. Outras destas reverberações, embora movidas pelos princípios temáticos de Morus, fizeram surgir novas abordagens e tratamentos dos fundamentos que descrevem e interpretam a original.

Diversas foram as atribuições ao sentido da palavra Utopia: nenhures, algures, lugar algum, nenhum lugar, não-lugar. Termos que trazem consigo diferentes sentidos da expressão Utopia, gerando, inclusive, dificuldades em se obter uma resposta sobre suas definições.

Criada por Thomas More, em 1516, em seu livro *A Utopia*, a palavra utopia é uma composição das palavras gregas ou-topos e eu-topos, sendo o substantivo grego topos o sinônimo de lugar. Desta forma, no gênero literário de More, utopia indica ao mesmo tempo um lugar de prosperidade e um lugar imaginário. (PAQUOT, 1996). Aponta uma proposta de sociedade ideal para os que nela habitam.

Deste modo, analisemos então a utopia sob duas dimensões, quais sejam: utopia enquanto substantivo e enquanto gênero literário.

Enquanto substantivo, a palavra Utopia assume sinônimo de algo distante de ser alcançado, um sonho difícil de realizar, algo fantasioso, quimera, desvairo.

Como gênero, temos, sem dúvidas, A Utopia de Morus, como maior referência, descrevendo uma forma de representações onde sua principal característica é lançar a imaginação para o futuro no intuito de negar o presente. (MORE, 2000)

Na sua obra, Morus se esforça para dar o máximo de veracidade ao personagem Rafael Hitlodeu, formando-o com os relatos das experiências dos viajantes da época. A minúcia de detalhes que o texto de Thomas Morus oferece na descrição da Ilha é, de fato, um segundo ponto importante desta tentativa do autor de dotar a narração de verossimilhanças. Tal fato se faz notar pelo seguinte diálogo entre o viajante-personagem e o autor:

- Pois então, disse eu a Rafael, fazei-nos a descrição dessa ilha maravilhosa. Não suprimas nenhum detalhe, suplico-vos. Descrevei-nos os campos, os rios, os homens, os costumes, as instituições, as leis, tudo o que pensais que desejamos saber, e, acreditai-me, esse desejo abarca tudo o que ignoramos. -Com muito gosto, respondeu Rafael, pois todas essas coisas estão sempre presentes à memória. (MORE, 2000, p.52)

Este estilo de narrativa, com diálogos do Livro I e com as pormenorizadas descrições da Ilha no Livro II, são comprovações do interesse do autor em estabelecer uma ligação entre a essência e existência no modo de representação utópica. Em meio a este modo representacional e discursivo, duas Ilhas se deparam: a Inglaterra e a Utopia. Em ambas, Morus esboça um extenso mapeamento das demandas políticas, religiosas e econômicas de sua época.

Desta maneira, considerar a obra de Morus como a principal referência do termo Utopia é admitir, sem dar espaço à dúvida, que há um distanciamento entre o imaginário do mundo utópico e as reproduções do primoroso que nutriram (e nutrem) nossa ideia quanto aos países idílicos, seres estranhos e viagens apocalípticas:

[...] Nós nada lhe perguntamos sobre esses monstros famosos que já perderam o mérito de novidade: Cila, Selenos, Lestrigões⁵, comedores de gente, e outras harpias de mesma espécie que existem em toda parte. O que é raro é uma sociedade sã e sabiamente organizada. (MORE, 2000, p.21)

Enquanto gênero, a Utopia se apresenta como uma demonstração da razão e não apenas um mero descontentamento com o mundo real:

[...] Rafael notou entre esses povos instituições tão ruins como as nossas, mas observou também um grande número de leis capazes de esclarecer, de regenerar as cidades, nações, e reinos da velha Europa. (MORE, 2000, p.18)

A Utopia enquanto gênero literário funciona como ponto de partida para se pensar a melhor forma de organizar a sociedade.

Ocorre que, apesar de tantas conceituações do termo utopia, por vezes, são atribuídos a este, significados de forma distorcida. Concebem ao gênero utópico um valor fantasioso, distante da realidade e inconciliável com ela. Trata-se de uma definição desvirtuada da utopia que a assimila como algo fantasioso, além da quimera e da ilusão.

Essa composição distorcida da utopia apóia-se no âmbito da crítica liberal-burguesa aos fundamentos contrários aos princípios que regem a ordem posta, especialmente os que versam sobre socialismo e comunismo. Conseqüentemente, temos a infiltração de ideias críticas, que amolda as Utopias ao totalitarismo político.

Tal compreensão da utopia não se encontra apenas o pensamento conservador, definida por Karl Mannheim em *Ideologia e utopia* (1952). Segundo Paul Ricoeur, (2015), a terceira utopia levantada por Mannheim, ou seja, o conservadorismo, se assemelha mais a uma contrautopia. Para Ricoeur, a utopia delata a incoerência entre uma realidade em transformação e uma ordem social ultrapassada que afronta o processo de mudança. A utopia toma, dessa maneira, uma distância crítica diante da ordem social prefigurada, pois questiona o sentido do já adquirido, (RICOEUR, 2015)

Os que detraem a utopia, como George Orwell (2004), em seu livro *1984*, e Aldous Huxley, em *Admirável mundo novo*, com uma literatura antiutópica,

⁵ No texto Morus explica que Cilas, Selenos e Lestrigões são monstros mitológicos da Odisséia

denunciam a utopia de totalitarismo, afirmando que ela atenta contra a história e contra a liberdade.

No mesmo sentido, em seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos*, Karl Popper (1987), acusa a utopia de promover, simultaneamente, a violência e o totalitarismo. Certo que, para Popper, a utopia, ao determinar finalidades últimas, coloca-se à mercê da razão crítica, visto que não se discute um fim derradeiro, portanto só deve impor-se pelo ato totalitário e violento.

Também, no pensamento revolucionário de Karl Marx e de Friederich Engels (2007), encontra-se, de certa forma, essa mesma concepção. Para Marx e Engels, a utopia e a ideologia são conceitos dissociados da realidade.

Para Immanuel Wallerstein, em sua obra *Utopística ou As decisões históricas do século vinte e um*, (2003), a utopia também representa algo além da realidade, ideais impossíveis de serem alcançados.

O verdadeiro problema com todas as utopias de que tenho ciência é não só o fato de que, até o momento, elas nunca existiram em lugar algum, mas também o fato de que eu, e muitas outras pessoas, temos a sensação de que elas são sonhos paradisíacos que nunca poderiam existir na terra. (WALLESTEIN, 2003, p. 7).

Segundo estes detratores, na utopia nada está em desordem, tudo é pré-determinado e minuciosamente sistematizado pela organização social. Todos os atos, como dormir, trabalhar, nascer, morrer, são submetidos às regras da boa ordem. Ainda segundo os apontamentos dos críticos da utopia, a organização social deste gênero é uma organização sem precedentes, sem exceções.

São essas características e descrições da utopia que possibilitariam seus críticos a considerarem as cidades utópicas como sendo totalitárias, ou seja, acusarem-nas de conspirar contra o livre-arbítrio e a história.

Em contrapartida, os que defendem a utopia, afirmam que as cidades utópicas não possuem caráter autoritário. Alegam, por exemplo, que os seus moradores são livres; que, não obstante revalorize o trabalho, não faz dele o centro da vida dos homens. More não dá ao trabalho importância superior, tampouco lhe atribui como sendo algo principal na disposição do tempo na ilha de *Utopia*. Exemplo dado é a jornada de trabalho que foi diminuída para seis horas, num período em que a árdua atividade realizava-se de sol a sol. (MORUS, 2013)

Nesta ilha divide-se o dia e a noite em vinte e quatro horas exatas e destinam-se ao trabalho apenas seis horas: três antes do meio-dia, com intervalo para o jantar, duas de descanso, seguindo-se de mais três horas de trabalho e a ceia. Às oito da noite vão para a cama, dando oito horas ao sono (MORE, 2000, p. 58).

Aduzem, ainda, que o aparelhamento político de *A Utopia* retira a figura do príncipe e estabelece uma forma de governo que admite ampla participação popular, mesmo num período da história em que se observava a formação de Estados nacionais, com a estruturação das grandes monarquias absolutas.

Claeys chega a afirmar que não se deve considerar a Utopia como uma tirania, vez que o seu líder vive a serviço do povo e, do mesmo modo, o povo vive em serviço do seu líder. Para ele, prevalece, neste caso, a virtude republicana, porém com perda ínfima de liberdade. (CLAEYS, 2013)

Embora existam os que defendam a utopia e os que a acusam de ser uma forma totalitária de sociedade, como um modo de crítica à realidade social, a utopia tem uma aceitação histórica segura, vez que se fez presente em todas as épocas da sociedade.

É exatamente essa crítica à realidade social que os defensores do pensamento utópico valorizam e dão ênfase. Eles afirmam que a utopia consiste em um movimento do pensamento social vigorante e que atrai para si uma forma de sociedade alternativa. Assim entendendo, as utopias estão envolvidas no expressivo processo de mudança social.

Sob o ponto de vista de Ernst Bloch, nas suas obras *O espírito da utopia* (2005) e *O princípio esperança* (2005), o pensamento utópico é o fundamento do princípio esperança da humanidade. Ainda segundo ele, a utopia não é só um movimento do pensamento à procura de uma ordem social diferenciada, mas sim o cerne da liberdade humana. Ter esperança não significa esperar passivamente, mas construir caminhos, onde o passado e o presente cooperem para o surgimento do novo. Por outro lado, esta construção demanda o envolvimento de todos os homens, abraçando uma ação revolucionária. É a esperança que permite se criticar o presente.

Percebe-se, pois, nas palavras do próprio Bloch, na obra, *O espírito da utopia*:

Os seres humanos têm sonhos diurnos e uma parte desses sonhos estimula o ser humano a não se conformar com o que aí está, e a não se permitir a submissão ao insuficiente e ao escasso. A existência humana traz inquietações do espírito que colocam o ser humano em “efervescência utópica” (BLOCH, 2005, p.194).

O esforço basilar do discurso utópico é não permitir que sejam impostas limitações ao imaginário, com o fito de evitar a banalização da realidade e da vida social. É deste modo que Morus arquiteta e desenvolve a narrativa utópica, estabelecendo uma relação de rompimento e oposição com o seguimento do mundo como ele é, provocando um caráter definido do ideal em relação à realidade.

De fato, de diversas maneiras as utopias se apresentam; seja nos escritos de ficção, como na Utopia de Thomas More, ou na filosofia, como em Utopia e Ideologia, de Karl Mannheim. De igual modo, na literatura e em suas críticas literárias. É por esta variedade de conceitos, que a utopia, desde o início, apresenta aos seus leitores e intérpretes, um desafio em entender estas conceituações tão opostas, estas posições tão dessemelhantes, para buscar a compreensão e julgamento do seu discurso.

Nos dizeres de Elton Xavier, na sua tese de Doutorado, intitulada *Da utopia de Bellamy à Distopia de Orwell: a viragem distópica no século XX*, (2016)⁶, fazendo menção Sargisson (2012), em tradução própria, aponta a importância da questão etimológica que permeia o termo utopia, onde, segundo o autor, utopia significa, ao mesmo tempo, um bom lugar e um lugar nenhum.

[...] Para mim, isto faz o utopianismo excitante, constrangedor e intrigante: utopia é a sombra que buscamos, o sonho que perseguimos e ainda – e também – ela está lá, acima do horizonte, na vizinhança, sobre a colina, fora de alcance (normalmente) fora de vista. É desejada e não o é (ou como alguns dirão, ainda não o é). (SARGISSON, 2012, p. 7, apud XAVIER, p. 29).

É essa característica da utopia, de ela não se esgotar, que a torna atrativa e intrigante. É essa busca que não se esgota em si, mas que permite o movimento. Por mais que se alcance algo, sempre haverá algo outro a se buscar. Não existe

⁶ Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em ciências sociais, para obtenção de título de doutor (DINTER UNIMONTES/UERJ) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

um limite quando o que é buscado é alcançado, ao contrário, sempre nascerão nas esperanças, pois é nisto que consiste a idéia utópica.

Giannetti aponta que os humanos, em algum momento de sua mais remota existência, despertaram a curiosidade pelo saber. Assim, aos poucos, ganharam a capacidade de se distanciarem de si, analisarem suas condições enquanto ser entre outros seres e de indagarem teimosamente sobre os seus destinos enquanto pessoa, enquanto ser inserido na coletividade e enquanto gênero. Sendo isto a característica utópica. (GIANNETTI, 2016)

De todo modo, as utopias, em suas variadas formas de se manifestar, permite que os seres humanos indaguem sobre seus lugares no mundo, na sociedade em que estão inseridos, e se projetarem para um futuro melhor. Rompem com a ordem posta, almejando construir uma nova realidade social, onde predomine a igualdade entre eles.

Nela, os cidadãos se questionam na realidade em que estão e, assim, se lançam em busca de uma realidade melhor.

Ainda segundo Elton Xavier, 2016:

Todas essas manifestações utópicas remetem à crítica do presente, e perguntam: "o que há de errado com o nosso mundo, com nossa sociedade?". Muitas vezes, tentam responder a essa pergunta propondo uma alternativa, outro futuro possível. Para tanto, necessário o engajamento das discussões contemporâneas, nas mais variadas esferas da ação humana. (XAVIER, 2016, p. 30)

Desta forma, depreende-se que o termo utopia, a partir de sua criação, deu vida a tantos outros neologismos, como também proporcionou um leque de interpretações. Conceitos que foram postos de maneiras adversas, suscitando no leitor o interesse de compreender em que consiste a utopia.

Em síntese, a utopia pode ser entendida tanto como ideia de um lugar, algo delimitado no espaço e no tempo e que, uma vez alcançado, satisfaz as aspirações humanas, realizando-os. Ou seja, consiste em uma realidade. Por outro norte, a utopia também representa a ideia de movimento, de impulso. Significa o que leva o indivíduo a caminhar em direção ao novo. Concepções que serão tratadas nos itens seguintes deste capítulo.

1.2 A Utopia de Thomas Morus: O clássico literário

Desde a primeira aparição do livro em latim, em 1516, na Bélgica, a Utopia de Thomas Morus aguçou a curiosidade de gerações de leitores. Como um jogo de palavras, o título da obra poderia significar eutopia, “lugar bom”, e utopia, “lugar nenhum”. A partir da publicação do livro, a palavra utopia ganhou sinônimo de paraíso, o ideal, o irrealista e inatingível. (CLAEYS, 2013)

O cenário imediato que inspirou a obra de Morus foi a expulsão de milhares de camponeses das pequenas fazendas com a finalidade de aumentar o espaço para a ovinocultura em larga escala. Em consequência, houve o aumento do desemprego e a elevação do preço de alimentos. (CLAEYS, 2013)

Por testemunhar uma Inglaterra vítima do desemprego decorrente da expulsão dos camponeses de suas terras, Morus idealiza a Ilha de Utopia, para ir de encontro com esta realidade que a Inglaterra vivia.

Inspirada na República de Platão, a Utopia de More, é um livro estruturado em duas partes, arquitetadas na forma de diálogo. Na primeira parte do livro, Rafael Hitlodeu⁷ conta sua viagem por terras onde a população vivia na pobreza e onde seus governantes eram corruptos. Na segunda parte, ele narra sua passagem pela ilha de Utopia, cujo regime político era ideal e os homens viviam harmoniosamente.

Na verdade, a narrativa ganha uma forma de conversa a três, ou seja, entre o próprio Morus, seu amigo Peter Giles e o viajante Rafael. Segundo a narrativa, Rafael teria voltado recentemente de viagens ao novo mundo, na companhia do explorador Américo Vespúcio, e tendo permanecido durante cinco anos na ilha da Utopia.

A ilha da Utopia era descrita por Hitlodeu como uma extraordinária ilha em forma crescente, com cerca de 320 km, além de que era

Estabelecida por um rei conquistador, Utopus, por volta de 1.700 anos antes, e guiada pelo princípio de viver de acordo com a

⁷ Propositalmente, Morus dá ao personagem o nome Hitlodeu, que, em grego, significa “relato do absurdo”.

natureza, exhibe todas as características do melhor estado comunitário. A população é equitativamente distribuída pela nação em 54 cidades-estados, todas espaçosas e magníficas, com língua, tradições, costumes e leis idênticas e semelhantes também no desenho, tanto quanto permite a natureza do lugar, similar até na aparência. São separadas por não mais do que uma jornada de um dia a pé. (CLAEYS, 2013, p 21)

Em tese, A Utopia assemelha-se a uma grande família, onde tudo o que for produzido é dividido igualmente entre todos que pertencem à sociedade. Nenhuma família saía em desvantagem de outra. As cidades possuem uma única forma em projeto e aparência. As casas possuem telhado plano e todas foram construídas com tijolos ou pedras e possuem até três andares com lindos jardins. (CLAEYS, 2013)

Quanto ao dia de trabalho dos utopianos, este se desenvolve da seguinte maneira: apenas seis horas são destinadas ao trabalho, sendo três horas de trabalho pela manhã, almoço, fazem duas horas de repouso, em seguida mais três horas de serviço a tarde, e daí por fim a ceia. Além disto, vão para a cama às oito horas da noite, conseqüentemente a quantidade de horas que dormem é de oito horas.

O dia de trabalho tem seis horas e há muito tempo para lazer. Nas cidades, a produção é entregue em um dos quatro mercados. No campo, as fazendas contam com quarenta trabalhadores (e dois servos ou escravos), enviados aleatoriamente das cidades para dois anos de serviço. Aqueles que gostam da vida rural podem permanecer mais tempo⁸. (CLAEYS, 2013, p. 63)

Durante o tempo livre, é permitido aos utopianos se dedicarem ao que entenderem por bem e quiserem fazer desde que não fiquem ociosos, alguns usam esse tempo para aprimorar a sua educação, pois lá existem muitos cursos públicos, que inicia bem cedo do dia, e o interessante disso é que quem frequenta é que fica com a responsabilidade do curso, pois o comparecimento é voluntário (MORE, 2000).

Deste modo, encerradas as atividades rotineiras, os moradores de utopia podem aprimorar seus estudos, pelos cursos que são oferecidos na Ilha.

⁸ No texto, segundo Claeys, Morus não faz entender que a vida na cidade é melhor que a vida no campo.

Os cursos públicos são costumeiros, ocorrem diariamente, na madrugada, sendo de caráter obrigatório à apenas aqueles que se destinam a estudar. Nada obstante, os cursos também são freqüentados por homens e mulheres que optam por o curso que mais se identificam. (MORE, 2000).

Ao autor Thomas Morus, pareceu necessário sugerir aos pertencentes da ilha utopia que mantenham um equilíbrio entre o trabalho, o descanso e o lazer. Os moradores da ilha de Utopia são livres para decidirem como ocupar o tempo ocioso entre o trabalho, as refeições e o sono. Entretanto, devem ter consciência de que tal tempo livre não os permita entregarem-se à preguiça ou até mesmo ao esbanjamento, mas que este tempo sirva para que eles aperfeiçoem suas atividades artísticas ou em qualquer ciência que lhes agrade. (MORE, 2000).

Como se nota, embora tendo sido a obra elaborada na Renascença inglesa, notadamente no período de transição ao período moderno, onde as muitas informações poderiam parecer atentar contra a fé e as religiosidades, a liberdade de escolha sempre foi preservada pelo autor.

Relata, por exemplo, que após o jantar, os moradores de utopia gastam uma hora em divertimentos. Quando verão, ficam no jardim, no inverno ocupam as grandes salas e fazem refeições juntos. Além disto, praticam música ou buscam distraírem com longas conversas. (MORE, 2000).

Além das pontuações sobre ofício e lazer, Morus, ao descartar a hipótese de solucionar o problema da pobreza da população somente pelo desenvolvimento da produtividade dos que trabalham, demonstra que realizou um verdadeiro cálculo de economia a respeito do aproveitamento da força produtiva, do trabalho vivo e do valor do trabalho:

Se o mesmo número de trabalhadores que hoje executam a produção de tais bens fosse, distribuído pelas reduzidas profissões úteis, de modo a produzir com abundância o que o consumo exige, desceriam, sem dúvida alguma, de tal modo os preços que os operários não poderiam viver do seu trabalho (MORE, 2000, p. 73).

Seguramente, Morus demonstra sua preocupação pessoal com a pobreza na ilha de utopia, e, segundo alguns intérpretes, teria a Utopia se inspirado em uma

tradição humanista de chamar a atenção de príncipes cristãos quanto suas responsabilidades morais. (CLAEYS, 2013)

Entretanto, Morus reforça que somente é possível encontrar a solução para a pobreza da ilha, quando houver igualdade na distribuição do trabalho, que é o outro viés da distribuição dos bens necessários. (MORE, 2000).

Outra grande discussão da crítica social de Morus diz respeito à abolição da propriedade privada. Recomenda que seria impossível alcançar a igualdade através da propriedade privada, por este motivo nesta existe a comunhão de bens, “[...] *o solo é visto como terra a ser cultivada, e não como propriedade*” (MORE, 2000, p. 65).

E é exatamente por isto que Morus é considerado para alguns como um dos fundadores do socialismo. Por exemplo, quando fala das moradias, aponta a padronização das casas, sem que nenhuma seja diferente ou melhor que a outra.

Cada casa tem uma porta principal que dá para a rua, e uma porta dos fundos que dá para o jardim. Nenhuma dessas portas é fechada a chave, abrindo-se a um simples toque e fechando automaticamente após a saída de alguém. Assim, todos podem entrar e sair, pois ali inexistente a propriedade privada. (MORE, 2000, p. 70).

Além do mais, não era permitido às famílias acumularem riquezas, sendo que, a cada dez anos, as casas eram trocadas aleatoriamente. (CLAEYS, 2013)

Quanto ao consumo da alimentação, este é cuidado com rigor pelas autoridades de cada cidade, a fartura na produção dos alimentos é tão intensa que, muitas vezes, o excedente é dividido entre as outras cidades. Enfatiza que quando um é melhor que o outro, isso dá razão à vaidade, pois haveria ostentação de grandes propriedades, como se ostentaria todo e qualquer luxo considerado supérfluo. Por isso afirma que na ilha da Utopia, isto não acontece, pois não se permite que um tenha mais importância que o outro.

Uma das peculiaridades da Utopia de Morus - e, aqui, é clássica aquela que deu vida ao termo e possibilitou a série diversificada das Utopias modernas - é a sua narrativa com riqueza de detalhes. Da observação significativa do modo de habitação e vestimentas dos Utopianos que se concluía sobre a maneira virtuosa de

viver, a limitação e os reais valores, que explicam evitar-se aquilo que é supérfluo. O modo sábio como os utopianos usam suas moradas, servem de aprendizado aos contemporâneos de Morus, sendo este apenas um dos indicadores da perfeição na organização da ilha de Utopia. Portanto, afirma que: “*Na Utopia (...) tudo está tão bem organizado e a comunidade tão bem governada que raramente acontece que tenham de voltar a escolher outro local para uma nova construção*” (MORE, 2000, p. 74).

São evitados gastos que sejam supérfluos, fúteis, isto pelo fato de pregar que as habitações devam ser usadas com sabedoria; conservando-as antes de substituí-las. Deste modo, os trabalhadores encarregados deste trabalho quase não têm que fazer, na maioria das vezes, passam o tempo de serviço organizando a madeira e a pedra, para que, no caso de necessidade em fazer alguma construção, rapidamente a obra seja realizada (MORE, 2000).

Sutilmente, imprimi a vontade de liberação do trabalho. O autor não nega apenas a propriedade privada e o que é luxo, mas afirma que o trabalho também precisa ser diminuído ao mínimo. Como explica Ernst Bloch, 1982, a vivência na ilha de *Utopia* é compassiva, principalmente, porque a maior parte de seus moradores esquiva do jugo do trabalho:

Vereis agora como são necessários poucos braços para a confecção do vestuário. Em primeiro lugar, nas horas de trabalho, cobrem-se confortavelmente com couro ou peles, vestimenta que lhes chega a durar sete anos (MORE, 2000, p. 75).

Segundo Morus, o trabalho se torna necessário por causa da futilidade e do excesso de luxo. Por outro lado, o trabalho se tornaria desnecessário se todos, como na ilha de Utopia, se restringissem ao que de fato seja eficiente e confortável, abdicando do luxo e da ostentação. Sobre uniformizar e padronizar as cores das vestimentas dos moradores de Utopia, a intenção é justamente ressaltar a igualdade entre eles, ou seja, não permitir diferenças sociais em relação ao poder e à honra. (MORE, 2000).

Buscar conter o luxo e limitar o consumo, como no exemplo do traje, inspira a explanação de More sobre a quantidade geral de trabalho que deve ser reduzida. Aponta que, enquanto em outros países as pessoas usam vários tipos de

vestimentas, na ilha de Utopia uma só vestimenta dura em torno de dois anos, ou seja, de melhor qualidade do que apenas luxuosa.

Sobre o tempo de folga do trabalhador, More pondera que as instituições devem objetivar que, os cidadãos aproveitem para libertarem-se da exploração física decorrente do ofício, para que busquem conforto para seus espíritos. Pois, para ele, ali estaria a felicidade de vida dos utopianos. (MORE, 2000, p. 75).

Sociedades como a descrita na Utopia de More fazem parte da história da humanidade. A sociedade perfeita apresentada na ilha de Utopia opõe-se de maneira drástica à sociedade desigual narrada na primeira parte do livro, a ilha da utopia, evidentemente foi criada por More para contrastá-la com a Inglaterra da época, onde se testemunhava o aumento do desemprego e o levante social.

Da leitura de More, Claeys afirma que o relato nos oferece uma sociedade melhorada. Diz que, por ainda existir crime, a natureza humana dos moradores da ilha de Utopia não seria perfeita. Entretanto, as leis são mais voltadas para o convívio da coletividade, sendo os costumes e os sentimentos mútuos que proporcionam uma vida em comunidade mais feliz e melhor ordenada. (CLAEYS, 2013)

Desta forma, a Utopia de Thomas Morus, descreve uma forma de vida melhor, mesmo que não seja esta a vida que ele acreditasse que a maioria das pessoas conseguiria imitar. Com este entendimento, o texto de A Utopia, no seu cerne, não busca fazer uma crítica social, nem dar uma receita, mas trata-se de algo que nos permite indagar sobre onde estaria a esperança.

Acreditar na sociedade melhor foi o que liderou a gênese da utopia, sendo que a perfeição humana já era inerente ao ideal cristão. Supunha a utopia que a sociedade era incompleta, mas que havia solução pra esta incompletude. Assumir, pela literatura, o perdão dos males sociais é, propriamente, a utopia.

As três fases de desenvolvimento do pensamento utópico podem ser livremente chamadas de mítica, religiosa e positiva) parafraseando Auguste Comte) ou institucional. Em cada um desses estágios, algo semelhante a um conceito de utopia age para reforçar nosso senso de coletividade e oferecer esperança em um mundo incerto. (CLAEYS, 2013, p. 8)

A narrativa que descreve uma cidade perfeita acredita ser possível que a sociedade se complete, vez que guiada pelas regras da Razão. Neste sentido, não é prudente reduzir a utopia a um desejo ou a um mero sonho, pois em um sonho tudo também é possível. Assim, a utopia não necessita de uma base cristã, muito menos de uma visão de paraíso, mas de um conceito de propriedade e sociedade, construindo uma sociedade comunal, onde a miséria seja evitada e, por outro lado, sejam reduzidas a ganância, as desigualdades e toda forma de injustiça. Pensando assim, muitas sociedades da modernidade possuem em boa quantidade os elementos utópicos e essa construção utópica é, sem dúvidas, global (CLAEYS, 2013)

Por este sentido, compreendemos que a utopia não vislumbra conceber uma sociedade perfeita, mas sim, inspirando em um futuro melhor, romper com a realidade que não responda aos desejos da sociedade.

Segundo Giannetti, “*A idéia de perfeição é obviamente ficção humana*”. Sociedades melhores servem de inspiração, diminuindo a distância que existe entre *o que somos* e *o que aspiramos a ser*. Completa o autor que “nada que é humano será perfeito, a começar pelo próprio pensamento utópico”. (GIANNETTI, 2016, p. 145-146)

Assim, as ideias propostas por More sugerem não uma sociedade perfeita, ideal, mas que seja apenas uma sociedade “melhorada”, onde os indivíduos tenham a possibilidade de viverem melhor. Ao contrastar a ilha de utopia com a situação da Inglaterra naquela época, More convida à reflexão e, conseqüentemente, a idealizar o novo.

1.3 Utopia enquanto impulso/movimento – O “não-lugar”

As utopias foram, durante todos esses anos, efetivas mediadoras das várias sociedades e conjecturas políticas que existiram, sendo a própria utopia, em algumas vezes, uma teoria política e uma indicação de sociedade.

Porém, as várias e acertadas definições, ainda que válidas e apropriadas, não exaurem o assunto.

O papel da utopia é ir de encontro à realidade, ou seja, não se conformar com a ordem estabelecida, mas, ao contrário, buscar um futuro onde a sociedade viva de forma mais igualitária.

Assim, as sociedades ideais expostas nos escritos utópicos não devem ser adotadas como dogmas a serem abraçados para conquistar a felicidade. A importância da utopia não é a conseguir alcançar um mundo perfeito, mas sim, as implicações que as características deste mundo geram em nós, que é entender com mais precisão as falhas do mundo real e nos incentivar a buscar um mundo melhor.

Pela utopia, tudo o que existe hoje foi sonhado algum dia:

Se os colonizadores europeus, movidos pela visão do paraíso, buscavam reencontrá-lo ou recriá-lo nas terras do novo mundo, a utopia renascentista (...) prometia fazer da ciência regenerada e aplicada à dominação da natureza o passaporte de um Éden reconquistado. Rumo ao ocidente no espaço e ao futuro no tempo: os frutos dessa dupla aventura são o nosso legado. O que hoje somos, ontem era apenas sonhado. (GIANNETTI, 2016, p. 63)

Mannheim, em *Ideologia e Utopia*, (1952) chama este impulso utópico de “mentalidade utópica”. Para ele, este “estado mental” será utópico quando orientar as ações humanas a transcenderem à realidade e que, quando posto em prática, muda a ordem das coisas. Contudo, só podem ser chamadas de utopia se aspiram a transformar a realidade no seu todo e não em parte, caso contrário, são meras ideologias. E, mesmo necessitando de um longo e difícil processo de desenvolvimento, esse é um desenvolvimento heróico, pois faz com que a história deixe de ser um “destino cego” e se torne uma criação do homem. (MANNHEIM, 1952)

Seria a utopia uma perfeita combinação entre o presente ideal, o passado ideal e o futuro ideal. Independente de o ideal estar no passado, no presente ou no futuro, a definição de utopia tem a ver com o modo como damos vida a este ideal (CLAEYS, 20013)

Como nos diz Galeano (2001), a utopia nos movimenta:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isto: para que eu não deixe de caminhar. (GALEANO, 2001, p. 51)

A utopia se define em esperança. Traduz-se no impulso que faz os homens ousarem na invenção de um Eldorado e a tentarem reelaborar a representação mítica dos impérios da abundância, do bem-estar emocional, espiritual e físico. É a utopia a idéia que age dentro dos seres humanos e os faz empenharem para formar um futuro renovado.

Em outras palavras, a utopia sugere pensar que a realidade pode ser extremamente diferente do que ela é. Pois ela possibilita que o homem reflita sobre o contexto social em que ele se encontra inserido e, assim, sonhe as modificações necessárias para este contexto; afim de que seu futuro e o futuro de sua sociedade sejam mais prazerosos.

Szachi (1972), afirma:

O utopista não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades atualmente existentes: sonha, antecipa, projeta, experimenta. É justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado. (SZACHI, 1972, p.13).

Para o utopista, é a partir do inconformismo com a realidade que vivem, que é possível alcançar uma sociedade melhor.

Thomas More diz ser utópica toda ideia de sociedade humana que se julga ao máximo desejada, mas em regra considerada impraticável. (MORE, 2000)

Embora gerada pelo procedimento burguês de vida racional, peculiar ao Renascimento, os mais relevantes autores das utopias no período do Renascimento não tinham fé que a sociedade descrita se realizaria, mas foram impulsionados pela vontade de criticar a sociedade de sua época e de sugerir mudanças, exercidas na sociedade utópica.

Desta maneira, a utopia surgiu como uma concepção, instalada pela ação social concreta, de que o indivíduo poderia assumir para si o comando do seu próprio destino.

Claeys (2013) afirma que no período da utopia, desenvolvida ao longo dos quinhentos anos a partir da Utopia de More, a humanidade se apropria do seu próprio destino. E isso se dá quando as deficiências humanas são reconhecidas, mas, na medida do possível, contidas por um sistema de normas e costumes regradados pela opinião pública.

Ainda segundo Gregory Claeys, em sua obra Utopia - a história de uma idéia (2013), da leitura da obra de Morus, aponta que a ilha de utopia não retrata uma sociedade ideal⁹, mas apenas uma sociedade radicalmente melhorada:

Isso significa que, não importa que se alcancem maior ordem e melhor moral (que ocorre por se impingir igualdade e propriedade comunitária), o comportamento humano não é retratado como sendo substancialmente modificado a ponto de ser inacreditável. (CLAEYS, 2013, p. 59)

Desta maneira, a utopia não busca controlar o que é impossível. Entretanto, se desenvolve entre o que possível e o que pode ser impossível. Trata-se de, olhando para um lugar que já foi explorado no passado, desejar conhecer um lugar ainda desconhecido. E, abandonar as utopias, faria o homem perder a vontade de refletir e indagar sobre a história e, conseqüentemente, se perderia a vontade de entendê-la. (MANNHEIM, 1952).

A natureza da utopia é evidentemente rica, considerado um privilegiado objeto de estudo. Pois, sem ela, possivelmente a humanidade não teria empreendido esforços para melhorar. Portanto, a utopia funciona como um guia e uma referência para que os homens busquem melhorar suas condições humanas, objetivando a construção de uma sociedade melhor¹⁰.

1.4 Distopia

⁹ Tanto que, em sua obra, A utopia, More não fala de sociedade ideal.

¹⁰ Daqui em diante usar-se-á esta conceituação de utopia, ou seja, utopia enquanto “impulso”, “ideia”, “movimento”). A não ser quando especificar de modo diverso (utopia enquanto um lugar ideal).

Utopia e distopia possuem um vínculo estreito. Existem elementos distópicos nas utopias e vice-versa. Nos dois casos há uma realidade distópica que necessita de um novo propósito. Contudo, seria a distopia a antítese da utopia (antiutopia¹¹).

Xavier (2016) considera a distopia como sendo “a sombra da utopia”, pois aquela persegue esta. Afirma que “Se a utopia apresenta um sonho, a distopia mostra um pesadelo. Se a utopia abre-se como uma luz, a distopia é escura como a mais densa escuridão.” (XAVIER, 2016, p. 57).

Enquanto as utopias procuram emancipar ou viver um mundo fundamentado em ideias novas, colocando sua confiança no futuro, as distopias, por sua vez, buscam as incertezas, ao evidenciar ideias atuais que ameaçam a liberdade.

Numa análise etimológica, a palavra distopia é composta pelo prefixo dis (doente, anormal, dificuldade ou mal funcionamento) e topos (lugar). Numa definição literal, denota forma desvirtuada de um lugar.

Convém ressaltar que a distopia não se opõe a toda e qualquer forma de utopia, como se essencialmente fosse algo perigoso. Por vezes, as distopias atuam como problematizadoras de eventuais danos caso certas tendências do presente vinguem.

Para Kumar (1991), “a utopia prepara os elementos positivos com os quais a distopia dá a sua resposta negativa¹²”. Assim, as distopias permanecem sendo utopias, ou seja, não somente vislumbrando uma sociedade futura, mas como uma forma de analisar ou refletir criticamente a realidade em suas possibilidades.

As distopias apresentam um pessimismo ativo, e possuem o objetivo de evitar, de toda forma possível, que o pior aconteça.

Quando registram a possibilidade de futuro pior, e não do melhor como traçado pela utopia, as distopias naturalmente podem ser vistas, equivocadamente, como apologias da decadência. Porém, não se trata disto.

Segundo Ferns, (1999), citado por Elton Xavier (2016):

¹¹ Embora o conceito antiutopia seja muito próximo ao conceito de distopia, existem leves diferenças entre elas, conforme explicitado por Sargent, 1994, mas que, para este trabalho, dispensar-se-à maiores explicações.

¹² Tradução de Elton Xavier, 2016.

Ao contrário da utopia tradicional, a ficção distópica postula uma sociedade que – apesar de estranha- é claramente extrapolada a partir daquilo que existe. Onde a ficção utópica sublinha a diferença da sociedade que retrata, muitas vezes obscurece a conexão entre o mundo real e a sua alternativa, e raramente indica como um possível destino da sociedade atual, como se a distopia fosse mais que uma conclusão lógica derivada de premissas da ordem existente e implica que ele pode muito bem acontecer se nada for feito para Pará-lo. (FERNES, 1999, p. 107, apud Xavier, 2016, p. 62).

A narrativa distópica funciona não somente como uma pretensão de futuro ou como uma ficção, ela vai além, atuando como uma previsão de algo que é necessário se combater no presente.

Autores como Aldous Huxley e George Orwell, numa desconstrução dos conceitos de utopia existentes, pontuam que a moral humana não evoluiria de uma forma tão rápida e, mesmo quando atingidas as formas de sociedades perfeitas, a personalidade degenerada e corrompida do indivíduo poria tudo a perder (2004).

A ficção de Huxley, conhecida como Admirável mundo novo¹³, narra uma sociedade onde a utopia é altamente controladora, expondo um modelo de sociedade pernicioso, motivo que levou a ser cognominada distopia (um mau lugar, o lugar da distorção) ou desutopia.

Neste sentido, a distopia abre possibilidades de pensar criticamente acerca dos problemas do cotidiano. E, assim, os autores distópicos, em sua maioria, propõem que a distopia seja ferramenta de reflexão sobre os “efeitos de barbárie” que tanto rodeiam as sociedades contemporâneas.

¹³ Na obra, o autor detalha uma sociedade do futuro onde o Estado possui o domínio total da vida dos homens, chegando a ser considerado o grande pai e mãe de todos.

CAPÍTULO 2

O MST E MTST COMO MOVIMENTOS SOCIAIS: O projeto de sociedade “melhorada”

Neste capítulo, apresentar-se-ão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, suas origens e como figuram na realidade, especificando seus princípios e estrutura de organização. Analisar-se-á a utopia enquanto algo que dá vida aos movimentos, aquilo que os impulsiona a seguirem na luta para construir uma sociedade melhor. Para tanto, explanar-se-ão as ideias de Sociedade “melhorada” nas tradições/construções Utópicas de Platão em “A República” e Thomas More em “Utopia”, como ambos os autores descrevem o que viria a ser uma sociedade melhor. Do mesmo modo, buscar-se-á compreender os ideais que sustentam as bandeiras do MST e MTS e difundem seus valores como meio para projetar uma sociedade “melhorada”.

2.1 A ideia de sociedade “melhorada” nas tradições/construções Utópicas de Platão em “A República” e Thomas More em “Utopia”

Na sua obra “A República”, pelos discursos de Sócrates, Platão narra as várias visões políticas da época, contestando-as com o conceito de um Estado ideal. República de Platão propõe uma ponderação sobre uma provável cidade ideal, onde a política trilhe os caminhos que a sociedade deva seguir, o indivíduo compreenda seu papel na política e na sociedade e, principalmente, onde a ética seja a única certeza de plenitude para a cidade desejada.

Platão entendia o homem como ser social, como indivíduo inserido no grupo. Assim, discute em A República, essencialmente, a experiência de viver em grupo, em sociedade, o homem inserido na cidade.

O objetivo maior da cidade é exatamente a composição do grupo de cidadãos, no qual se pode estabelecer a partir de uma “medida das coisas”, de modo que não se beneficie uns em prejuízo dos outros.

Desta forma, Platão discute como se daria a aceitação do indivíduo na comunidade. Assegura o filósofo que se o jovem e a criança ganhassem a orientação apropriada para a convivência na comunidade, teriam a plena capacidade de conduzirem suas vidas, em consonância com o que lhes foi determinado por nascimento e por predestinação.

Platão entende a sociedade como grupo formado por pessoas com funções distintas na cidade. E, assim, analisa a função de cada indivíduo:

Não basta, pois, com assinalar a cada qual a função mais de acordo com sua natureza e caráter. É necessário, além disso, dispor os meios oportunos para que os indivíduos não se corrompam e para que se desenvolvam adequadamente com vistas à função que tem de desempenhar na cidade. E, sem dúvida, o meio mais eficaz para isto é a educação. (PLATÃO, p.175).

DEL VECCHIO, 1967, assegura que a constituição do Estado ideal formado por três classes distintas e com função específica, pauta na ideia da justiça. Cada pessoa é dotada naturalmente para desempenhar determinada tarefa, sendo responsável somente pela sua tarefa, obtendo a perfeição naquilo que faz.

Em sua obra, Platão traçou um roteiro para se chegar à perfeição. Deste modo, pensava ser possível, a partir dos caminhos da justiça, da filosofia e da ética, encontrar a plenitude para a cidade, bem como para o cidadão e para o governante.

Ainda DEL VECCHIO, 1967, o conceito de justiça (que ficava cada vez mais restrito) ganha em Platão a um significado mais generalizante:

O caráter da justiça como forma ética ou deontológica em geral tem a sua máxima expressão no sistema platônico. Para elevar a justiça a princípio reguladora de toda a vida individual e social, Platão não valoriza ou mesmo rejeita, todas as concepções que tendiam a assinalar-lhe uma função específica ou uma particular esfera de aplicação (DEL VECCHIO, 1967, p.18).

Segundo Platão, não seria a origem familiar que necessariamente ditaria a sua função na cidade. O sujeito, portanto, não estará suscetível a ser comerciante

pelo fato de ser de família de comerciantes. A predestinação estaria além da compreensão humana.

A finalidade da cidade sonhada por Platão, a permitir uma república perfeita, seria exatamente corrigir as imperfeições da pólis ateniense, falhas advindas da origem humana. Seria a relação indivíduo e grupo a causa da plenitude ou caos de uma sociedade.

Platão faz uma analogia sobre a composição do homem para explicitar a estrutura da cidade. O filósofo entende que o indivíduo é composto por um corpo associado a três almas: a primeira do desejo, outra do coração e, por fim, uma alma intelectual. Cada uma das três almas teria uma função específica e, sempre que ocorresse uma decisão a ser tomada, todas, entrariam em conflito. Do mesmo modo ocorreria com a cidade, vez que a cidade é constituída por classes sociais diferentes, sendo elas por filósofos, guerreiros e artesãos que buscam alcançar interesses próprios, muitas vezes contrários.

Assim, uma Cidade ideal seria aquela que equilibrasse os interesses de suas classes sociais permitindo que os indivíduos trabalhassem em favor do melhoramento da cidade comum todo. Sobre o modo como um cidadão deveria viver na cidade plena de Platão, Leal ressalta que

O indivíduo estaria tão envolvido com sua cidade, tão preocupado em que ela fosse a melhor cidade, que buscaria ocupar o lugar que lhe cabe nesta pólis, segundo a sua natureza e suas aptidões, mantendo a sua individualidade, quer dizer, as diferenças pertinentes a cada um. Isto quer dizer que teria que haver uma união de todos os indivíduos, harmonicamente, visando, em primeira instância, o bem coletivo. Isto seria a “justa medida”, em nome da qual é necessário que realmente o cidadão se perceba fazendo parte integrante de sua pólis, colaborando com os objetivos primeiros, principalmente com o bem comum, o bem da sua cidade, fazendo aquilo que a sua natureza específica lhe permite. (LEAL,1997, p. 215).

Platão tem a dura tarefa de estabelecer o modelo para a cidade ideal e o seu melhor governante, contudo, no livro IX de A República, nas conversas de Sócrates com Glauco, já demonstra que tais padrões talvez jamais sejam realizados, principalmente pelo fato de o cidadão ter de abdicar de sua felicidade pessoal em pela harmonia da cidade, ou até pela impossibilidade de encontrar tais qualidades num mesmo ente. Assim, Sócrates acaba por discutir a probabilidade de que tudo seja apenas presunção. Souza coaduna dessa proposta assegurando que

A conversa socrática na República põe, em causa, o vir-a-ser da cidade, o seu realizar-se. As duas fórmulas não anunciam, metaforicamente ou categoricamente, um relato desse realizar-se (e muito menos um plano de cidade a ser executado). Elas simplesmente iniciam em conversa o processo do vir-a-ser, de modo a que também em conversa ele resulte na cidade justa do livro IV e continue no livro seguinte, com a pergunta sobre a possibilidade de que tal vir-a-ser venha a ser. (SOUZA,1997, p. 122).

Para Thomas Morus (2013), a utopia se define em esperança. Traduz-se na invenção de um Eldorado, busca reelaborar a representação mítica dos impérios da abundância, do bem-estar emocional, espiritual e físico, tenta formar um futuro renovado.

A sociedade ideal apresentada na ilha de Utopia opõe-se de maneira drástica à sociedade desigual narrada na primeira parte do livro, e tal contrariedade consiste em uma crítica social. (CUGNO, 2002).

Sociedades ideais, como a descrita na Utopia de More, fazem parte da história da humanidade. Conforme Dadoun (2000), o papel da utopia, é ir de encontro à realidade, e não em encontro a ela.

Assim, as sociedades ideais expostas nos escrito utópicos não devem ser adotadas como dogmas a serem abraçados para conquistar a felicidade. A importância da utopia não é a conseguir alcançar um mundo perfeito, mas sim, as implicações que as características deste mundo geram em nós, que é entender com mais precisão as falhas do mundo real e nos incentivar a buscar um mundo melhor.

Tanto Platão, como mais adiante para Morus (século XVI) idealizaram uma cidade perfeita, plena, contrapondo com a realidade defeituosa que contestavam.

Por ambos não serem revolucionários, pautaram suas convicções em sentimentos morais, cuja interiorização viria dos pensamentos particulares estimulando a todos a não fazerem o mal, tornando a cidade um espaço de pessoas boas, justas e de cidadãos fraternos.

Morus asseverava que a sua Utopia apresentava-se como um antagonista da República platônica. O que não significava reproduzir ou modernizar a obra A República, mas, sobretudo, sobrepujar os limites da Atenas que lhe calha como modelo de encanto e consonância.

Quando optou pelo mundo sensível, contrariando A República de Platão, Morus traçou um vínculo da Utopia com a plenitude da produção do ambiente social, e ratificou o vínculo entre o indispensável e o admissível no jogo de reproduções da inspiração do futuro como crítica do presente.

Do demasiado cuidado com a ordem, ou seja, com os ordenamentos da sociedade, surgem as mazelas da cidade ideal dos precursores do pensamento utópico - Platão e Thomas Morus. A justiça na cidade utópica, ideal, é sempre algo de interesse do Estado e, seja como estudo filosófico (Platão), ou discussão literária (Morus), o apelo principal estará no controle social e na ordem, a fim de evitar revoluções, anarquias ou conturbações.

Desta maneira, a cidade ideal surge na história como superação da cidade real, marcada por contradições e erros de toda ordem, condicionando a realidade a algo ideal, que seria o bem, e algo real, ou seja, o mal.

Assim, tanto em Platão como em Morus, se observa a definição de formas diferentes de argumentação quanto aos anseios de uma cidade para alcançar a justiça e a felicidade. Ambas as concepções notabilizam o encontro do provável e o improvável. Encontro que ganha um espaço próprio para se manifestar: a cidade.

Enfim, as reflexões de Platão nos mostra com clareza que a liberdade é imprescindível para a confirmação da democracia, a importância que ela tem para inserir nos costumes e nas práticas das cidades. Por outro lado, Platão faz uma ressalva para o fato de que uma liberdade desmedida e desenfreada, insubordinada a nenhum valor moral superior, desfaz sua consistência ética e se torna extremamente maligno para a vida em sociedade, criando um espaço para a política anárquica.

Em Morus, é a existência das cidades que transforma a Utopia como ambiente da civilização humana e, como ratificado pelo personagem Rafael Hitlodeus, a mais perfeita e significativa reprodução de uma verdadeira República.

2.2 Movimentos sociais como questionadores e transformadores da realidade

A história de todos os povos é marcada pelos movimentos sociais. Eles acrescentam à sociedade novos conceitos de participação popular e cidadania,

permitindo, através de sua atuação, que se questionem as atuações das instituições públicas e privadas. Os movimentos sociais permitem que os indivíduos participem das decisões sobre o rumo das sociedades que estão inseridos.

Muitos dos movimentos sociais que já aconteceram na história da sociedade apresentaram reivindicações próprias que normalmente representa o contexto histórico em que vivem, no entanto, cada um destaca as inconseqüências de ordem econômica e social sofridas pela sociedade e, por isso, buscam implementar direitos humanos e sociais. Pois, é a atuação dos movimentos sociais que denuncia os problemas tanto sociais quanto econômicos vivenciados por determinada sociedade.

Hofmann (1984) enfatiza o Iluminismo como precursor de todo o pensamento do movimento social contemporâneo. Para ele o Iluminismo desenhou a imagem de uma humanidade que, após conquistar os direitos de liberdade do Homem, se tornou uma humanidade livre. A partir de então, os cidadãos se viram capazes de sair em busca da realização de seus desejos.

Ainda conforme enfatizado por Hofmann (1984): *“o que constituiu uma esperança para o Iluminismo, passou a constituir para o movimento social um programa ainda não cumprido e passível de ser realizado.”* Assim, em diferentes lugares, situações ou épocas, encontram-se movimentos e mobilizações de grupos sociais, com menor ou maior relevância.

Diversos são os exemplos de movimentos e mobilizações sociais, como as guerras camponesas que marcaram o século XVI, as revoltas de escravos, os conflitos étnicos, os movimentos de mulheres da Idade Média. Cita-se, também, os movimentos religiosos como, por exemplo, o protestantismo do século XVI e o franciscanismo.

Na história do Brasil, temos vários exemplos de movimentos, como os movimentos culturais, políticos, emancipacionistas e religiosos, como a guerra de Canudos, Contestado e Juazeiro.

Tanto Canudos quanto Contestado foram movimentos de cunho religioso messiânico¹⁴, com atores sociais parecidos, ou seja, sertanejos marginalizados e

¹⁴ A palavra messiânico é derivado de Messias, que significa "enviado por Deus" "o salvador". O messianismo foi o termo utilizado por historiadores e sociólogos para designar a crença de um grupo em um líder político-religioso (líder messiânico). No Brasil os movimento messiânicos mais famosos foram: Canudos personificado através da pessoa de Antonio Conselheiro e O Movimento do

que foram duramente reprimidos pelo Estado republicano. Embasados mais na religião do que por motivos políticos, tinham melhor simpatia pela monarquia.

Em Contestado¹⁵, os inúmeros camponeses que tiveram suas terras usurpadas e a grande massa de trabalhadores que ficou desempregada, resolveram seguir os conselhos do monge José Maria, e, assim, edificaram a comunidade de contestado.

Essa união de pessoas por um mesmo propósito, fez com que criassem um grupo armado, com divisão de funções. Desta forma, o messianismo ia ganhando forma e se mostrando cada vez mais forte.

Os moradores de Contestado passaram a viver em comunidade, sendo que tudo que pertencia à comunidade era desfrutado de igual maneira por todos. Aboliram o comércio local e as relações passaram a ser permitidas somente mediante trocas. O líder pregava a eles sobre a proximidade do paraíso, confortando-os quanto ao medo da morte ao dizer que haveria ressurreição no fim do combate.

Canudos e Contestado tinham em comum os episódios que retratam os pobres, que viviam sem assistência, marginalizados pelo Estado, os ignorantes, os místicos.

A formação de uma sociedade onde a desigualdade social, o monopólio da terra e a violência privada sempre foram fatores dominantes desencadeou inúmeras análises nas quais a dicotomia era o eixo central que possibilitava o entendimento da dinâmica histórica. Existem, em todas as sociedades humanas, um acordo, nem sempre codificado, entre dominados e dominantes. (ANTONIO SILVA, 2001. p. 31)

Mesmo sem muito entender sobre os discursos de um místico, estes miseráveis buscavam nas palavras dos líderes uma esperança. Esta esperança, de início frágil, ia ganhando terreno a cada adepto que decidia seguir o mesmo caminho

Contestado organizado pelo Monge João Maria e logo depois pelo monge Miguel Lucena de alcunha José maria. que lutavam contra atuação da Brazil RailWay nos estados do PR e SC.

¹⁵ A região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado devido ao fato de que os agricultores contestaram a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Como foi uma região de muitos conflitos, ficou conhecida como Contestado, por ser uma região de disputas de limites entre os dois estados brasileiros.

daquele povo que vivia explorado pelos poderosos, desprovido de tudo, especialmente carente de justiça. Nestas circunstâncias, seguir o monge Conselheiro ou o José Maria, para eles, não era o que importava.

Canudos, em especial, foi um movimento que teve base no ideal utópico, como já descrito em Platão, se assemelhando com *A Utopia*, de Thomas Morus.

Euclides da Cunha retrata a história de Canudos, na sua obra *Os Sertões* (1984). O livro é dividido em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*.

Na primeira parte ele discorre sobre os aspectos naturais nordestinos, o solo, o relevo, o clima, a fauna e a flora da região. Para o autor, nada superaria a seca. Contudo, embora Euclides da Cunha em nenhum momento da narrativa descreva o sertão como paraíso, a natureza de Canudos é a fonte da força do seu povo em *Os Sertões*. (DECCA e GNERRE, 2002).

A comunidade de Canudos consegue satisfazer as necessidades básicas de milhares de habitantes em plena caatinga, num semideserto, onde vivem melhor do que nas fazendas das redondezas, com certa dignidade, calma e solidariedade, o que provoca a constante migração rumo a esse arraial. (ZILLY, 2002, p. 69)

Mais adiante, na segunda parte, o autor analisa a figura do sertanejo e do líder de Canudos, Antônio Conselheiro.

Nos dizeres de SEEL, (2002) o povo sertanejo são que figuram entre o real e o irreal, “(...) *Vítimas de uma tragédia que os ultrapassa, eles se tornam atores sobrenaturais, que parecem transcender o plano da humanidade.*” (SEEL, 2002, p. 160)

O líder dos sertanejos, Antônio Vicente Mendes Maciel, nasceu em um pequeno povoado chamado Quixeramobim, no sertão do Ceará, por volta de 1842. Tempos depois de ter ganhado famas no sertão, foi apelidado Conselheiro.

Conselheiro, representava uma forma de progresso, anunciando, fielmente, os valores da incongruente modernidade brasileira. (SILVA, 2001)

Para DECCA e GNERRE, (2002), Conselheiro também representava um místico e um precursor em propagar fantasias utópico-românticas possíveis de tendenciar milhares de pessoas.

Essa capacidade de movimentar milhares de pessoas em torno de um mesmo ideal deu origem à cidade de Belo Monte: “(...) a figura de Antônio Conselheiro e a cidade por ele construída foram sempre entendidas como uma transgressão à ordem política, social e econômica existentes no sertão nordestino”. (SILVA, 2001, p. 32)

Toda a história de Antônio Conselheiro, sua peregrinação e construção do Belo Monte, foi retrato de uma indignação do povo em relação ao Estado que não dava a eles a devida assistência.

A historiografia sobre Conselheiro, principalmente a de tendência marxista, sempre procurou ver, em sua peregrinação, um ato de inconformismo com as injustiças da sociedade na qual estava inserido. (SILVA, 2001, p. 47)

Havia ali um líder que direcionava a população para uma nova sociedade, onde houvesse justiça e assistência para os desamparados.

Belo Monte, criada por Antônio Conselheiro, visava uma sociedade onde as pessoas vivessem de forma mais justa e harmoniosa. Para isto, Conselheiro demonstrava que suas preocupações iam desde assuntos relacionadas à coletividade, como prevenir o roubo, até às questões de intimidade, como coibir adultérios. (SILVA, 2001)

Construir Belo Monte e resistir à guerra significou a vontade que a população de Canudos teve em continuar a existir. Exemplo disto foi a criação de mecanismos com o intuito de manter a ordem interna, além de criarem instituições públicas e privadas. Tudo isto representava a clara insistência de Canudos em continuar a pertencer ao mundo. (SILVA, 2001)

Desta forma, as duas primeiras partes da obra são feitas para descrever o “palco” e os “atores” para que a história principal aconteça na terceira parte do livro, ou seja, a Guerra de Canudos.

Pois o povo de Canudos ia tomar o destino em suas próprias mãos, dispondo-se a entrar no palco da história como sujeito político, com um projeto social alternativo, regional, transétnico, brasileiro, baseado num catolicismo tradicional, procurando obstinadamente resolver os seus problemas materiais e espirituais sem pedir licença nem ao latifúndio, nem ao Estado, nem à Igreja. (ZILLY, 2002, p. 64)

Finalmente, na terceira e última parte da obra *Os Sertões*, o autor dá detalhes sobre o que foi a Guerra de Canudos, fazendo um relato sobre as quatro expedições a Canudos, em um relato tão real de quem testemunhou de perto a peste, a miséria, a fome e a violência trazidas pela guerra.

A população de Canudos resistia duramente à guerra:

Os homens lutavam até o último alento nas trincheiras, nas escuras ruelas e sinuosas passagens. Ninguém pedia clemência e, se caía algum prisioneiro de qualquer lado, descarnavam-no imediatamente como um animal. Os feridos eram assassinados assim que caíam, por mulheres famélicas que escapavam sob o fogo para cravar uma faca no coração das vítimas (...) (GRAHAM, 2002, p. 209)

Contudo, em meio às adversidades da guerra, aquele conjunto de sertanejos ia alimentando a consciência, fazendo do movimento coletivo vivido em Canudos um movimento diferenciado. O caos vivido na guerra inflamou o desejo de mudança, de ruptura com aquela situação. Assim, com maior intensidade, Canudos refletia sobre sua história e não mais media esforços para viverem em uma sociedade melhor; diferente de tudo que viviam.

Semelhante a Conselheiro foi o Padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro. Conhecido como Padim Cícero, este chegou ao Juazeiro em 11 de abril de 1872, lugarejo com população pequena que passou a tê-lo como um elemento organizador. (SILVA, 2001, p. 188)

Silva (2001), fala que Canudos e Juazeiro foram movimentos de cunho religioso, messiânico. Ressalta que ambos tiveram origem a partir de um conjunto de utopias políticas. A cidade de Belo Monte, fundada por Conselheiro no ano de 1893, tem uma característica urbana, formada por uma população heterogênea, que vivem um sentimento de espera do messias e pelo nascimento de mundo sem males. Do

mesmo modo é Juazeiro, tida como um fenômeno urbano de grandes dimensões, além de apresentarem algum tipo de sentimento de espera. (SILVA, 2001).

Nos casos do peregrino do Belo Monte e do Santo de Juazeiro, o modo com que atuavam nas respectivas comunidades que lideravam, instituíam uma via de transformação, atravessando o universo da religião.

Conforme Silva, a figura de Antônio Conselheiro, por exemplo, aponta como a de um líder revolucionário que conduziria as massas sertanejas. (SILVA, 2001)

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, também acreditava no “heroísmo dos oprimidos”, sendo este o agente central das transformações do homem, Em sua ótica, a abolição da escravidão negra traria um tempo novo. A proclamação da República, para ele, quebrou o início desse tempo divino, no qual os monarcas brasileiros seriam os principais guias. Só restava a ele criar um lugar ideal no Belo Monte. Contudo, o uso do termo “oprimido”, em seu discurso, não foi suficiente para a tão sonhada sociedade ideal e a tão esperada expiação de todos os pecados, trazendo o paraíso para a terra. (SILVA, 2001, p. 23)

Assim como os seguidores de Antônio Conselheiro, os homens escreviam cartas a Padre Cícero fazendo vários tipos de pedidos. Ambos os povos são vítimas da pouca (ou nenhuma) cidadania no Brasil. Desta forma, tanto de Antônio conselheiro quanto de Padre Cícero, a religiosidade nasce para compensá-los desta falta de cidadania. A religiosidade atua civilizando e modernizando os homens, fazendo-os aperfeiçoarem seus comportamentos e a transformarem suas realidades, como por meio de admiráveis processos de urbanização em Juazeiro e em Canudos. (SILVA, 2001)

Embora os dois movimentos apresentem ações sociais não tão semelhantes, possuem um ponto de convergência ao, igualmente, buscarem por um mundo sem males, romperem com o passado ou resgatarem um passado de glórias. Segundo o autor, trata-se de uma “utopia cristã”, muito comum no Brasil, mas que existem diferenças entre elas. Algumas, por exemplo, possuem o caráter messiânico, ou seja, pela espera do enviado divino e, ao mesmo tempo, pela ruptura com grande parte das necessidades materiais. (SILVA, 2001)

Esses movimentos revolucionários, e, por conseguinte, utópicos, buscam construir uma nova ordem, a partir da realidade que enfrentam.

Assim, Canudos, Contestado e Juazeiro, servem de representações do *quiliastro orgiástico dos anabatistas* de Karl Mannheim (1952). Ou seja, para que as idéias de seus líderes exerçam o papel utópico, isto é, contraíam esse “estado de espírito utópico”, é imprescindível não apenas transcender à ordem, mas incorporar esse espírito de mudança na sociedade oprimida, revolucionando a ordem. A mentalidade utópica, apresentada por Mannheim, em suma, é revolucionária; o que a diferencia da ideologia permanece presa ao presente.

Por conta da opressão sofrida pelos menos favorecidos, a política sofre uma sublimação, transferindo os desejos espirituais para o mundo. Assim, o quiliastro dá início a uma política moderna, onde as camadas sociais têm finalidades temporais, não aceitando os males da ordem existente.

Para Mannheim (1952):

Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas” (MANNHEIM, 1952, p. 66-67).

Segundo Karl Mannheim, a afinidade da utopia com a realidade ocorre somente enquanto negação, pois a utopia não é um *vir-a-ser*, e sim algo a ser vivido no agora. Para serem consideradas utopias, mais do que transcender a ordem vigente as idéias é necessário que se desprendam do passado, declarando-o incompatível:

Todos os períodos da história contiveram idéias que transcendiam a ordem existente, sem que, no entanto, exercessem a função das utopias; antes eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias. Enquanto a ordem medieval, a organização feudal e clericalmente, pôde situar seu paraíso fora da sociedade, em qualquer outra esfera do mundo que transcendesse a história e que amortecesse seu potencial revolucionário, a idéia de paraíso ainda constituía parte integrante da sociedade medieval. Somente depois que certos grupos incorporaram estas imagens desiderativas à sua conduta

efetiva é que estas ideologias se tornaram utópicas (MANNHEIM, 1952 p. 217).

O presente é o que tem importância para o quiliasta, que os direciona para a transformação.

Neste viés, não se pode negar a semelhança que existe entre o movimento guiado por Conselheiro e as ideias de Saint-Simon, de Owen e Fourier, que deram início à luta pela modificação do padrão de sociedade vigente. Saint-Simon defendia o cooperativismo e a ascensão das classes trabalhadoras; Owen é conhecido por pelas experiências com a então Nova Harmonia; Fourier, por sua vez, ficou conhecido pela criação de seus admiráveis Falanstérios.

Embora com algumas divergências entre si, os três referidos autores perseveraram na defesa de uma coletividade que se apoiavam na cooperação, na vida em comunidade e em ter as classes populares como protagonistas desse contexto de mudança. Tinham uma concepção do cooperativismo como algo capaz de propiciar a mudança na sociedade, projetando os ideais dos seus habitantes para além da sociedade que pertenciam.

No decorrer dos séculos, os sertanejos foram dando vida ao sonho utópico, e isto foi o que proporcionou a eles criarem uma nova sociedade. Era o germinar de uma nova vida em sociedade, baseada na solidariedade e na cooperação entre os povos. A partir daí, não mais existiam as remotas relações sociais, caracterizada pela servidão de homens e mulheres.

Canudos, Contestado e Juazeiro, representaram uma utopia no sertão.

Entretanto, foi na década de 1970 que ocorreu uma grande ascensão dos Movimentos Sociais, quando se buscava o fim das liberdades individuais e democráticas e da repressão da Ditadura Militar.

Como anteriormente afirmado, os Movimentos Sociais derivam das desigualdades existentes na sociedade ao longo da história.

Nos dizeres Gonh (1985), os movimentos sociais principais são aqueles ligados à produção, religiosos, político-partidários, relativos às lides do campo, movimentos sociais urbanos, categorias específicas e lutas gerais.

Para conceituar o que seja Movimento Social, Ammann (1991) enumera quatro princípios. Inicialmente eles são movimentos que denunciam determinadas relações sociais na conjuntura das relações de produção; seus agentes principais podendo ser regiões, partidos políticos, classes sociais, etc.; Afirma, ainda, que o escopo dos Movimentos Sociais pode ser a transformação ou, inversamente, a salvaguarda de relações sociais que já estão constituídas, quando estas se encontram ameaçadas.

Sendo assim, movimento social é: *“uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.”* (Ammann, 1991, p. 22).

[...] os sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização destas lutas e de formação destes sujeitos. (CALDART, 2000, p. 06)

Portanto, podemos assegurar que os movimentos sociais, na maioria dos casos, buscam por melhorias sociais e/ou por aquisição de direitos. Os Movimentos Sociais representam espaços destas lutas.

Porém, neste trabalho, vamos centrar o estudo da Utopia em dois movimentos populares de grande destaque, quais sejam, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), por possuírem características e objetivos semelhantes, como veremos a seguir.

2.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais mais significativos do Brasil, tem como objetivo principal as demandas relativas à reforma agrária, ao trabalhador do campo. Este movimento

também objetiva desapropriar os latifundiários que detêm a posse das multinacionais e de terras improdutivas.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra teve início em 1984 em Cascavel no Paraná, quando aconteceu o primeiro encontro dos trabalhadores rurais, amparado pela Pastoral da Terra, porta voz dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e demais organizações, com o fito de debater e mobilizar a população para a realização da Reforma Agrária e em desfavor da concentração fundiária e do próprio Estado. Por ter surgido em uma conjuntura política em que o Regime Militar terminava, permitiu à sociedade civil brasileira um espaço político maior para debater, lutar e reivindicar seus direitos.

Para o MST: *“A luta pela terra é a luta concreta para que as massas se mobilizem. É o primeiro passo e o primeiro objetivo a ser alcançado.”* (MST, 2016)

Acredita o movimento, que as desigualdades sociais podem ser superadas a começar pela reforma agrária.

Conforme o MST¹⁶, a luta pela reforma agrária deve acontecer para permitir que todas as sociedades tenham acesso a terra, pois, em nosso país ainda prevalece o fato de que as camadas menos favorecidas têm grande dificuldade para obter a posse da terra. Por isso, vislumbra-se a relevância da luta do MST frente a essas desigualdades sociais.

A primeira de suas exigências assinala para a luta pela terra, bem como para a Reforma Agrária e para se construir uma sociedade mais justa. Isso sugere uma nova forma de produção no campo. Objetivam, principalmente, a solução do problema de ordem econômica e de sobrevivência de milhares de famílias de trabalhadores no campo que se encontram sem perspectivas de trabalho (STÉDILE; GÖRGEN, 1997).

É a democratização do acesso à terra, pela reforma agrária, que garantirá o emprego e o sustento das milhares de famílias de trabalhadores no campo. Sendo este o primeiro passo para conquistar uma sociedade igualitária.

Em relação à luta pela Reforma Agrária, pontuam que esta:

¹⁶ Neste tópico optou-se por dar mais ênfase ao meio de informação próprio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou seja, usar o site do Movimento como fonte direta de pesquisa. <http://www.mst.org.br>

A Reforma Agrária consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. (MST, 2016)

Garantindo a produção, pelo acesso à terra, é que, gradativamente, serão reduzidas as dificuldades econômicas. A partir do momento em que o trabalhador aumenta a sua produtividade, maior será a criação de bens e serviços para suprimir as necessidades do ser humano. É o desenvolvimento econômico fruto da produção.

Uma segunda meta é a significação da Reforma Agrária como um modelo de medidas a serem adotadas pelo Governo Federal para modificar a estrutura fundiária e suplantando os desacordos pela terra no Brasil, permitindo que todos os trabalhadores garantam a terra que nela queiram trabalhar.

Defendem, porém, que a reforma agrária tem que ser também política e econômica, pois ela deve ser o meio pelo qual esta parte da população conquiste a sua cidadania.

Ao fim, ela tem uma finalidade social, ou seja, é o caminho para retirar um grande número de pessoas pobres da marginalidade social. Para tanto, o MST tem (em seu projeto) como fundamental para sua organização política, a autonomia e independência financeira:

Para isso, o Setor de Projetos tem como tarefa central a busca permanente da auto-sustentação do Movimento, dentro de uma estratégia de captação de recursos que se fundamente na busca permanente por essa autonomia. Assim, se define e se implementam estratégias de captação de recursos para atender às demandas nacionais, dos seus setores e dos estados prioritários. (MST, 2016)

Para a realização de suas atividades, o MST precisa arrecadar recursos, assim, criaram o *Setor de Finanças*, que é responsável por angariar esses recursos e prestar contas.

Na concepção de Oliveira (2003) o conjunto de medidas que estruturam o MST se mostram necessárias para a consolidarem a Reforma Agrária, sendo elas de duas naturezas: fundiária e político-agrícola. As fundiárias consistem na

expropriação dos grandes latifúndios e na redistribuição entre os trabalhadores, possibilitando-lhes o acesso a terra.

Quanto às medidas competentes à política agrícola, em geral, são aquelas capazes de proporcionar a estes trabalhadores assentados as condições financeiras e técnicas necessárias para produzirem nas suas terras. (SAMPAIO, 2003).

Em relação à produção, o MST entende que, uma vez conquistados os primeiros assentamentos, o próximo desafio seria estabelecer novas relações de produção. Pois, a partir das dificuldades enfrentadas, dos debates e estudos sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, se viram diante de uma nova concepção de realidade. (MST, 2016)

Já em relação à luta pela transformação social, afirmam que esta representa uma mudança na estrutura da sociedade.

A luta pela transformação social significa transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. É a luta por uma sociedade mais justa e fraterna, que solucione os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano. (MST, 2016)

Entendem que para construir a nova sociedade, é preciso semear aqui e agora os valores da nova sociedade. Para isto, dão espaço para que todos participem, além de semearem valores para a sociedade nova. Entendem, porém, que não é possível pensar um processo de transformação social se a luta for apenas local, pois, para isto, a luta deve ser universal.

Desta forma, o MST segue sua luta por uma sociedade igualitária e pela consolidação da Reforma Agrária, pois o movimento acredita que essa reforma no Brasil é imprescindível para qualquer alternativa de acabar com a exclusão social, dificuldade grave que o país enfrenta.

O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é

apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. (MST, 2016)

Assim sendo, o MST é um movimento que reivindica direitos. É um movimento de reivindicação motivada pelo desejo de se fazer a Reforma Agrária, porém, amparado pela Constituição.

Dentre os objetivos do MST, a *educação* é fundamental para a continuidade da luta. Para tanto, possuem um “Setor de Educação” que busca responder às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores desejos é a colocar fim ao analfabetismo nas áreas, oferecerem condições reais para que toda criança e adolescente frequente a escola. Desta maneira, isto requer reivindicar por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos e buscar também melhor capacitação dos professores para que sejam respeitados. (MST, 2016)

Por conta própria, promovem suas bases de educação no campo dando prioridade à escola, a capacitação dos seus professores, a eliminação do analfabetismo, por meio da prática de ensino direcionada para a agricultura. Esperam que, pela educação, consigam conscientizar melhor seus integrantes sobre suas lutas, mantendo-os informados não só sobre as suas ações, como também sobre o que acontece em todo o cenário nacional, na economia e na política.

Outro objetivo de grande valia para o movimento é a *comunicação*. Afirmam que esta tem uma grande importância na sociedade, na disputa entre hegemonia e contra-hegemonia. Defende a ideia de que o povo tenha seus próprios meios de comunicação para que seja feita a disputa contra-hegemônica.

Por isso, o MST criou o Setor de Comunicação, que tem o papel de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação. (MST, 2016)

Com os meios de comunicação próprios, têm mais facilidade em difundir seus ideais, levando informações sobre como o movimento atua, suas reivindicações e anseios, na luta pelas melhorias da sociedade. A comunicação é um elemento de

grande significância para a conquista de seus ideais, como a luta pela aquisição da terra e pela reforma agrária; no processo de formação e organização coletiva, ela é essencial.

O Jornal Sem Terra, por exemplo, nascido em 1981, no acampamento da Encruzilhada Natalino, na cidade de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, é um dos pioneiros do jornalismo popular dos trabalhadores do campo. O jornal não é somente um meio de divulgar as bandeiras de luta do movimento; ele também atua para formar e mobilizar os camponeses Sem Terra. Além do jornal, atualmente, o MST possui vários outros meios de comunicação, como as rádios, instaladas dentro dos assentamentos, representando mais um exemplo de luta e organização das comunidades que são os assentamentos rurais.

Na internet, o site do movimento, por exemplo, expõe a vida no campo por um viés diferente de como mostrada pelos grandes jornais regidos por uma visão política contrária à do MST. Além da página, o MST busca introduzir sua política nas redes sociais, numa tentativa de coletivizar o que, por natureza, é individual, a exemplo, o Twitter e o Facebook.

Ressalta-se que a transmissão de rádio, por possuir limite de alcance, não responde às grandes distâncias dos assentamentos rurais. Além disto, a internet é um problema nas áreas rurais, pela dificuldade de implantar e estabilizar o sinal telefônico no campo. Contudo, o MST se une à batalha pela democratização da comunicação, fazendo dela uma de suas principais reivindicações.

Quanto à questão de *gênero*, sempre esteve presente no MST a dificuldade da participação e envolvimento de toda a família nas atividades: “*homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história*” (MST, 2016). Assim, o Setor de Gênero tem a missão de instigar tal debate nas instâncias e espaços de formação, de “*produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST*”. (MST, 2016)

O movimento preza pela participação igualitária de gênero. Entendem que a igualdade de participação fortalece o movimento. Para tanto, buscam incentivar que homens e mulheres participem igualmente no movimento.

As reivindicações do movimento esbarram em questões legais, vez que almejam transformar a sociedade a partir da reforma agrária, assim, o setor de *Direitos Humanos*, tem a função de amparar juridicamente os militantes do Movimento. Possuem o encargo de atuar juridicamente nos processos ligados às políticas de Reforma Agrária junto aos setores do Estado.

No meio rural, as condições de trabalho e de vida sempre foram muito precárias. Desta forma, a *saúde* é uma das preocupações do Movimento, já que suas reivindicações são pautadas nas lides do campo. Portanto, o movimento luta para que o Estado proporcione o acesso à saúde básica, para melhorar as condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais.

Trata-se de um direito de todo povo brasileiro, apesar de ser negado à maioria da população, especialmente no campo. Por isso, o Setor de Saúde tem o papel de pressionar o Estado para este que cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. (MST, 2016)

Tentar solucionar os problemas e concretizar a saúde como um direito social é um desafio para o movimento dos trabalhadores sem terra, pois enfrentam a fragmentação e a desarticulação com que as políticas públicas presentes na reforma agrária têm sido implementadas pelo Estado. Por este motivo é que abordam a saúde como uma das suas reivindicações.

Um dos princípios fundamentais que orientam o MST desde o seu nascimento é o internacionalismo. O cenário das relações é um espaço que proporciona a formação, levando aprendizado. Desta maneira, como forma de consolidar essas relações internacionais, o movimento se descentraliza, visando formar mais pessoas com uma concepção e participação nas relações internacionais

Assim, a política de *Relações Internacionais* do MST alicerça nos “valores da solidariedade, do humanismo e do internacionalismo, um legado histórico da classe trabalhadora” (MST, 2016).

O Coletivo de Relações Internacionais (CRI) do MST tem o papel de articular a solidariedade às nossa lutas, contribuir com as lutas de

todos os povos e despertar e aprimorar, junto à nossa base social, os valores que nos fazem mais humanos e solidários, construtores de uma sociedade socialista. (MST, 2016)

O MST surgiu com esse entendimento de que a luta da classe trabalhadora é uma luta internacional e de que é preciso construir espaços de articulação e alianças em nível internacional. Por isto, buscam fortalecer suas lutas articulando-se politicamente.

Para tanto, consolidam suas relações internacionais por meio da criação de “brigadas internacionalistas de solidariedade”, como no Haiti, no Equador, no Paraguai, na Bolívia, na África, em Cuba e na Venezuela. Entendem a importância disto como forma de conhecer outras realidades e com elas interagir e aprender.

Deste modo, o MST acredita que a solução para os problemas que enfrentam só será alcançada por meio de um “*Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras*”, pautada na Reforma Agrária, onde o acesso à terra se dê democraticamente. Com o direito à terra e produzindo alimentos, haverá a contribuição mais efetiva do Movimento, para a realização de um Projeto Popular.

Por isso que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra compartilham de articulações e organizações que visam modificar a realidade e agregarem estes direitos sociais.

2.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Outro Movimento social brasileiro de fundamental importância é o "Movimento dos Trabalhadores Sem Teto" (MTST)¹⁷, diferentemente do MST, este movimento possui um caráter urbano, pois as lutas e atuações dele acontecem na maior parte das vezes na cidade. Conceituam que o MTST (movimentos dos trabalhadores sem-

¹⁷ Também neste tópico optou-se por enfatizar as informações do Site do Movimento, utilizando-as como fonte direta desta pesquisa. www.mtst.org/

teto) “*é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos.*” (MTST, 2016).

Consideram-se como um movimento territorial de trabalhadores brasileiros.

Afirmam que o modelo capitalista cada vez mais joga os pobres para as periferias, consequência disto foi a possibilidade de se organizarem em territórios periféricos para lutarem por interesses comuns. Por isto, o MTST se identifica como um movimento territorial dos trabalhadores, pelo fato de lutar e se organizar no território. (MTST, 2016).

A meta central do MTST é a luta pela moradia, contudo ele entende não ser ela a única luta e nem a considera como suficiente, pois, para eles, ao trabalhador deve ser resguardado o direito a uma moradia digna, com amplo acesso à saúde, educação, transporte e infraestrutura decente. Assim, o MTST defende uma Reforma Urbana, ou seja, uma mudança no modo como as cidades estão organizadas. O movimento entende que o governo vê as cidades como uma grande e lucrativa empresa, e, por isto, expulsam os pobres do centro para que o luxo, escritórios e outras obras sejam valorizados na região central.

Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. (MTST, 2016)

A diferença do MTST dos demais movimentos sociais urbanos é que este atua diretamente frente aos órgãos de interesses contrários aos seus, sendo que os demais movimentos sociais urbanos se mantêm mais reservados, focando suas atuações somente na participação institucional.

O MTST afirma viver numa luta “contra o inimigo”, ou seja, contra o capitalismo. Já que, para o movimento, as leis, o governo e a justiça beneficiam apenas um grupo de gente rica, que é a própria classe capitalista. Fato que leva o MTST a lutar contra este modelo.

As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria

dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projetos com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos. Embora, o MTST também saiba negociar, para nós esta parte do processo está sempre em função das mobilizações e ações diretas de pressão. (MTST, 2016)

A ocupação de terras urbanas é a forma de ação tida pelo movimento como mais importante, pois sempre são seguidas de uma pressão sobre os órgãos do Estado e nos próprios capitalistas. Desta maneira, pretendendo pressionar o Estado, o movimento também ocupa prédios públicos.

O Movimento atua bloqueando rodovias e avenidas importantes, onde mercadorias são levadas das fábricas até o local de venda. Para o MTST, impossibilitar a venda acarreta prejuízos às empresas, o que dá uma seriedade maior às reivindicações dele.

Embora seja um Movimento de grande destaque na sociedade e também por ter grandes objetivos, o MTST ainda busca ter maiores forças, o que leva a fazer alianças com outras organizações de trabalhadores, até mesmo classista e do campo popular, de modo a buscar forças não só nas organizações da cidade, mas também do campo.

Tais alianças são também estendidas para a esfera dos sindicatos dos trabalhadores de empresas e fábricas, muitos membros sem-teto fazem parte de alguma base sindical.

É fundamental para nós ampliar nossa aliança para o âmbito dos sindicatos, que organizam trabalhadores nas fábricas e empresas. Muitos dos sem-teto estão também em alguma base sindical. Desenvolver a luta conjunta é decisivo para o acúmulo de forças. (MTST, 2016).

Em relação à questão eleitoral, o movimento não aprova sua atuação no campo eleitoral e não entende como positivo a participação de seus militantes, porém, isso não significa se abstenham totalmente de participarem da política, já que ele pode apoiar candidatos que compartilham de suas lutas populares e que busquem contribuições para a construção do MTST e de outros movimentos.

Sobre as Reformas Populares, o movimento salienta a desigualdade que existe na sociedade brasileira: *“o 1% mais rico tem quase 70% das riquezas e do patrimônio. E o Estado funciona como um mecanismo de manutenção das desigualdades. O Brasil precisa de uma transformação profunda”*. Isto é o que eles chamam de Reformas Populares. Assim, pontuam como principais: a Reforma Tributária, no sentido de reduzir impostos para os trabalhadores e aumentar para os ricos; a Reforma Política (que buscará aumentar a participação do povo nas decisões a serem tomadas), a Auditoria da Dívida (que terá a tarefa de colocar fim à “Bolsa Banqueiro”, que, conforme lembram, leva boa parte do dinheiro público), a Democratização dos meios de comunicação e Reformas Urbana e Agrária (que consiste em distribuição das terras na cidade e no campo de maneira mais justa). (MTST, 2016).

Assim, para que se organizem adequadamente, o MTST possui setores para assuntos próprios e determinados. Sendo eles o setor de “Formação Política”, que se responsabiliza pela formação dos militantes; o “Setor de Negociação”, incumbido de dirimir sobre a relação do Movimento com o Estado; “Setor de Organização”, que visa garantir o funcionamento coletivo; “Setor de Autodefesa”, responsável por manter a segurança da organização; “Setor de Auto-sustentação e Finanças”, que tem a tarefa de desenvolver iniciativas de financiamento, pela organização dos recursos e prestação de contas; “Setor de Comunicação e Simbolismo”, que detém a responsabilidade sobre os canais de divulgação do MTST e pelo desenvolvimento de identidades simbólicas próprias e o “Setor do Trabalho Comunitário, encarregado da relação com as comunidades.

Estes setores garantem o êxito do MTST. Formam seus militantes e proporcionam o trabalho coletivo. São estes setores que fazem o movimento avançar.

Neste sentido, visualiza-se que a luta do MTST não se restringe apenas a conseguir moradia. Buscam realizar reformas na estrutura organizacional da sociedade.

Por que fazemos ocupações? Alguns companheiros respondem: Para conseguir moradia!. Mas é só isso que queremos? Ficaremos satisfeitos se, daqui há 10 ou 20 anos, olharmos para traz e vermos apenas um monte de conjuntos habitacionais? De nada adianta

conseguirmos moradias e a vida continuar do mesmo jeito, com o capitalismo impondo suas leis. (MTST, 2017)

Por isso, a ocupação representa para o movimento algo além da luta por moradia. É a partir da ocupação que o movimento forma novos militantes para a luta, e constroem referência nos bairros de periferia, além de mostrar para os trabalhadores que, a partir da união e da organização, são capazes de enfrentar este sistema. E que isto deve ser sempre o horizonte das ocupações.

2.3 O projeto de sociedade “melhorada” no MST e no MTST

Para o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a conquista da terra e um teto, respectivamente, significa um primeiro passo no sentido de grandes e estruturais transformações. Assim, embora o primeiro movimento tenha suas lutas direcionadas ao campo e o segundo movimento com lutas focadas nas cidades, ambos experimentam a distância entre a sociedade contemporânea e a sociedade pela qual eles almejam e lutam, ou seja, uma sociedade igualitária e fraterna para todos.

Este o ponto nodal que liga os dois movimentos: Além de estruturas de organização e objetivos semelhantes, ambos batalham por uma sociedade que aqui chamamos de “melhorada”. Ao criticarem a sociedade em que vivem, se lançam para um futuro que apresente respostas aos seus objetivos.

No MST, o que se propõe é a realização de uma Reforma Agrária, como meio de garantir e resguardar acesso, posse e uso da terra para todos os que nela trabalham.

No MTST, por sua vez, a proposta é de realizar uma Reforma Urbana, em que haja uma transformação profunda na forma como as cidades estão organizadas. Entendem que atualmente as cidades são usadas para dar lucro aos seus governantes.

Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros vêem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. (MTST, 2016).

Aduzem que as cidades brasileiras são divididas por grandes muros invisíveis, com ricos de um lado e pobres de outro lado. Por isso, compreendem a Reforma Urbana como essencial para derrubar estes muros.

Contudo, a luta vai além de uma Reforma Agrária ou Urbana.

Em suas reivindicações, o MST defende que a cultura e a educação são condições fundamentais para a vida com dignidade e altivez. Por isso, buscam o fortalecimento dos espaços de trocas culturais, para que estes proporcionem o “acesso popular aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida, a luta, a solidariedade e a diversidade do povo brasileiro.” (MST, 2016).

Outros objetivos que apontem para uma sociedade “melhorada” são: o combate à Violência Sexista, Democratização da Comunicação (onde defendem que o povo deve ter seus meios de comunicação próprios), a Saúde Pública, (O Estado deve garantir e defender a saúde de toda a população, inclusive garantir acesso a atendimento médico-odontológico, e medicamentos gratuitos a toda população necessitada), o Desenvolvimento da economia, em que a “*organização da produção deve buscar em primeiro lugar o atendimento das necessidades básicas de toda a população brasileira*”, a Diversidade étnica, para que a sociedade viva com harmonia, garantida através de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos tidos como excluídos. (MST, 2016).

São reivindicações que complementam o ideal de mudança social do MST.

Temos ainda, no MST, é a defesa do Sistema Político, que permita à população participar e decidir questões políticas de forma direta, efetivando uma verdadeira democracia popular participativa.

Ainda segundo o MST, uma sociedade melhor zela sempre pela Soberania Nacional e Popular. Para tanto, é necessário que haja políticas e práticas governamentais que garantam a soberania plena do povo brasileiro, tanto sobre o território nacional, como sobre as riquezas naturais, minerais, a biodiversidade, a água e as sementes brasileiras.

Nesse sentido, como se depreende das palavras de João Pedro Stédile¹⁸ em entrevista concedida à Débora Lerrer (2003, p. 157) o desejo de mudança ultrapassa o desejo de Reforma Agrária. O que sonham de verdade é mudar a sociedade, introduzindo um novo modelo agrícola, efetivando uma sociedade onde haja oportunidades iguais de emprego e vida digna para todos que nela vivem: *“Quando dizemos que o modelo de reforma agrária necessário não se relaciona mais só com terra, muito ficam bravos. Nós queremos agroindústria, escola, um novo pacote tecnológico.”*

No entendimento de Stédile, o projeto de sociedade do MST configura o seu próprio método. Ao passo que projeto e método configuram a mesma coisa, onde se produz uma sociedade, portanto um espaço, fundamentado na justiça social.

Do mesmo modo temos o MTST, na luta contra os interesses do capitalismo, pois isto impede a existência de um espaço em que a maioria dos trabalhadores realize seus interesses, e não mais sirvam como mercadorias. Portanto, a luta vai muito mais além do que exigências por moradia ou melhores condições de infraestrutura, pois, em que pese tais melhorias serem essenciais, elas ainda sim não suprem todo o problema da desigualdade social.

De igual maneira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto busca construir uma nova sociedade, *“uma sociedade de cunho socialista em que todos possam ter o mesmo acesso aos meios de produção e o mesmo nível de qualidade de vida.”* Para tanto, a meta do MTST é constituir um poder popular, partindo do pressuposto de que somente os próprios trabalhadores devam resolver os seus próprios problemas. (MTST, 2016).

¹⁸ membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual é também um dos fundadores. Participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária no País, pelo MST e pela Via Campesina.

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive os nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. (MTST, 2016)

Por isso entendem ser necessária uma intensa e ampla acumulação de forças para que consigam atingir seus objetivos principais. Na condição de movimento social, entendem a importância de somar forças para alcançar seus objetivos, e se preocupam firmemente com o avanço paulatino de sua força social.

Enfatizam, portanto, que todas as ações do movimento precisam estar voltadas para fortificar seus caminhos em direção a estes objetivos. Isso quer dizer que o movimento busca ampliar sua referência nas periferias das cidades, seu número de militantes, sua conquista, sua capacidade de mobilização, e outros.

Em síntese, seria construir um poder popular. Ou seja, “*estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos.*” (MTST, 2016).

Em outras palavras o objetivo maior do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é construir um poder popular, contra o capital e seu Estado.

Criar poder popular é mais do que um grito de ordem, é nosso grande objetivo. Somos a maioria, mas o poder não está com a gente e sim com os capitalistas. Construir o poder popular, que é o nosso poder, é a forma de transformar isso. Como? Com muita organização e luta. Precisamos nos organizar nos bairros, nas ocupações, no trabalho, em todos os lugares. Levando adiante a idéia de que só precisamos da nossa força para mudar a realidade. (MTST, 2016).

Criar um poder popular significa fazer com que a vontade das classes oprimidas tenha voz, pela força social que elas conseguem impor, pela capacidade de efetivação, concentrando-as em suas lutas, e sobrepondo-as sobre as forças das classes influentes.

O MTST luta pelo direito à moradia digna, sendo este bandeira central do movimento. Contudo, não é única.

Para o Movimento dos Sem Teto, o trabalhador que não possui o direito de morar dignamente, também tem violados seus direitos à educação, ao transporte coletivo, ao atendimento de saúde, à infra-estrutura básica no bairro em que mora e a muitas outras necessidades. Por isso, que o MTST se caracteriza não apenas como um movimento de moradia. A lutamos, além de ser por moradia, também é um luta por condições de vida digna.

Pelo que foi detalhado, entende-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, se assemelham por lutarem por algo além da terra e de um teto. A luta é maior. O que eles pretendem é construir uma sociedade melhor (“melhorada”), diferente da sociedade em que vivem.

Assim, ao fazerem uma análise crítica sobre a forma como se organiza a sociedade de hoje, o MST e o MTST imaginam um futuro diferente para os que nela vivem. Por isto, são impulsionados pelo mesmo desejo: de viver em uma sociedade igualitária.

CAPÍTULO 3

A UTOPIA NA AÇÃO POLÍTICA DO MST E MTST

Neste capítulo, explanar-se-á o conceito de utopia como uma nascente única de alimento para o imaginário político, pronto a transitar ao mesmo tempo na história e na realidade. Com isto, destinar-se-á cautela na análise da utopia enquanto elemento político que, ao criticar a ordem social vigente, se destina a criar melhores alternativas, traçando um novo futuro.

3.1 O impulso Utópico na construção de sociedades igualitárias

Para muitos, o conceito de utopia denota uma ideia de algo irrealizável, de um sonho fantasioso. Para os que almejam construir uma sociedade diversa, onde não exista a injustiça, a distinção e o desemprego, a utopia pode ser um apelo para a construção da felicidade coletiva. É essa a nova sociedade que os que acreditam na utopia buscam incessantemente.

O termo utopia reúne uma variação de significados e uma imperiosa ambiguidade. Por causa disso, a palavra utopia denota sempre mais do que a própria palavra: tanto apresenta-se como sonho e fantasia quanto ao descobrimento da sociedade perfeita, quanto também se revela como um mistério, o convite para o desconhecido, algo que continuar a ser uma esperança, pertencente ao ainda não realizado. (JASMIN, 2008)

Uma característica própria da utopia é que ela aconselha que se critique o *status quo* para que, assim, se construa outro mundo, onde as ações humanas beneficiem toda a sociedade. Trata-se de um sonho de uma sociedade justa (JASMIN, 2008)

E este sonho de condições melhores só é possível quando buscado. Alcançar condições melhores requer desprendimento do passado e busca por uma sociedade melhor do que a que se vive. Contudo,

Como saber até onde ir? Como descobrir a justa medida? Se nunca testarmos os limites, jamais teremos condições de determiná-los, visto que só aqueles que ousam e se arriscam a ir longe demais são capazes de chegar a saber quão longe se pode e, sobretudo, se deve ir. (GIANNETTI, 2016, p. 24)

A utopia é este encorajamento. Atua fazendo com que as pessoas ousem em busca do novo. É primordial porque afirma o indivíduo enquanto ser no mundo.

Como observa Mannheim (1952):

“A desapareção da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa. Iríamos, então, nos defrontar com o maior paradoxo imaginável, ou seja o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, se vê deixado sem nenhum ideal, tornando-se um mero produto de impulsos. (...) o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la” (MANNHEIM, 1952, p. 285).

Sem a utopia, o homem perderia as suas aspirações de futuro melhor, de uma sociedade com melhores condições de vida.

Achugar, (2007), indaga sobre qual seria o lugar para se pensar a utopia, e questiona também como exercer o “princípio da esperança” neste mundo de hoje, onde se mercantilizam e se oferecem infinitas maneiras de um futuro melhor. Existe uma dificuldade em se identificar as utopias neste “*supermercado contemporâneo*”, em que nos garantem que os bens serão partilhados de forma universal e democrática. Outra dificuldade é identificar a perspectiva de um futuro melhor, vez que o alcance de algumas pretensões tem como consequência a deterioração do planeta, a sujeição dos mais fracos, o desrespeito aos direitos do outro e a garantia do *status quo*.

Não se entende a utopia como um ideal estável e imutável. Ela também evolui e institui paradigmas e importâncias de acordo com o momento e o desenvolvimento das sociedades no decorrer da história.

Pensar a utopia como um lugar ou como um projeto de um futuro concreto, passível de ser alcançado, e não como um horizonte irrealizável; pensar a utopia não como o “não-lugar”, que apenas

permite a crítica do presente, mas como um projeto factível e, sobretudo, sustentável neste começo de século, apresenta múltiplos desafios: em primeiro lugar, o de uma utopia sem exclusões. (ACHUGAR, 2007, p. 72)

O desafio proposto pelos estudiosos da utopia é entendê-la como algo possível de ser concretizado, ou seja, como um futuro que se possa alcançar.

A utopia pensa a existência de uma convivência socialmente justa, onde haja vida harmoniosa entre a natureza e os seres humanos. Uma vida comum onde exista justiça, igualdade de condições, de acesso e de participação: “Acesso, participação, justiça e equidade parecem ser os princípios que definem a noção de utopia”. (ACHUGAR, 2007, p. 74)

O sonho ou o ato de imaginar o futuro diferente do presente em que se vive, são experiências que seguem a humanidade desde que se testemunham futuros maravilhosos, harmoniosos, onde o ser humano descobre ou cria uma realidade paradisíaca. “A universalidade da equidade ou da justiça tem sido e continuará sendo uma das condições fundamentais de toda cidade ou sociedade sonhada, ou mesmo prevista como utópica.” (ACHUGAR, 2007)

No enfoque Aristotélico, o ser humano possui uma suprema necessidade de, pelo próprio empenho, completar a sua existência com aquilo que lhe falta, que é chegar à perfeição. No começo do Livro I da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles, 1996, assegura que todas as coisas movimentam-se naturalmente a um propósito (telos). Ou seja, buscar alcançar a felicidade é algo inerente à natureza humana. Na sua concepção, Aristóteles entende que todas as coisas que formam a natureza, bem como ela mesma, buscam um determinado objetivo que irá lhe garantir a perfeição.

Já que a felicidade é uma atividade da alma conforme à virtude perfeita, devemos considerar a natureza da virtude: pois talvez possamos compreender melhor, por esse meio, a natureza da felicidade (ARISTÓTELES, 1996, p. 27).

O homem nasce com um desígnio que deve ser alcançado mediante as próprias qualidades que foram nele geradas pela natureza, uma vez que, além de colocar um fim para todas as coisas, a própria natureza também permite os meios apropriados para o desempenho do mesmo.

A finalidade corresponde a algo bom, ou seja, conforme as ações tendem a um fim, o trajeto que o ser humano percorreu no cumprimento de uma boa ação direciona-se para algo completo e perfeito. O que se conclui é que, pelos fins impostos pela natureza, a felicidade é a condenação do homem. O indivíduo é condenado a descobrir a perfeição que a natureza lhe traçou desde o seu surgimento.

Para Aristóteles, a felicidade se relaciona com a melhor parte da alma do homem, ou seja, a racional. Assevera que, para que o ser humano se realize, este deve se sustentar na atuação constante e eficaz, por meio das ações empreendidas no dia-a-dia que lhe permite conquistar tudo o que a natureza garantiu. O resultado das experiências sentidas no decorrer do tempo, somado à constante realização de boas ações, direciona o homem ao seu fim, à sua realização enquanto ser humano, fazendo dele um ser humano dotado de virtudes. Desta forma, perfeição decorre da atividade e do esforço humano.

À proporção que os homens se tornam incensuráveis pelos seus hábitos e ações, mais perto eles ficam da perfeição, direcionando-se para a última finalidade que a natureza lhes destina, fazendo deles homens felizes. Sobre o início da ação e de como o entendimento racional age para determinar as finalidades, Aristóteles alega:

A origem da ação (sua causa eficiente, e não final) é a escolha, e a origem da escolha está no desejo e no raciocínio dirigido a algum fim. É por isto que a escolha não pode existir sem a razão e o pensamento ou sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de pensamento e caráter (ARISTÓTELES, 1996, p.114).

Assim sendo, o pensamento isolado não é capaz de mover nada, mas quando este se direciona a uma finalidade e é objetivo, tanto move a ação quanto move a atividade produtiva. O que Aristóteles chama de “desejo raciocinativo” (ARISTÓTELES, 1996).

Similar a isto é o entendimento utópico, com a ideia de que à frente existe um novo, um desconhecido, capaz de proporcionar condições melhores de vida para a sociedade. E o desenrolar da história evidencia que existem, ou possivelmente existiram, utopias visíveis, que produziram algumas das condições que ensejaram a

universalidade sem exclusões, a justiça social e o respeito à natureza. (ACHUGAR, 2008, p. 80)

Morus (1997) baseia sua crítica à sociedade injusta e desigual, amparando-se em um projeto de sociedade melhorada, a Ilha Utopia, o que se estabeleceu como sonho dos socialistas. O autor pensa uma sociedade onde as mazelas, criadas numa estrutura em que existe a propriedade privada, não são admitidos:

[...] onde existe a propriedade privada, onde todo o mundo avalia as coisas em relação ao dinheiro, dificilmente é possível estabelecer nos assuntos públicos um regime que seja ao mesmo tempo justo e próspero; [...] Estou, portanto convencido que os recursos só podem ser repartidos com igualdade e justiça, que os negócios dos homens só podem ser bem administrados, se for suprimida a propriedade privada. (MORUS, 1997, p. 61 e 62).

Ideia que é compartilhada por Rousseau, ao afirmar que, é exatamente com o surgimento da propriedade privada que o sujeito se desvincula completamente do estado de natureza e faz nascer a sociedade civil. Surge a individualização das coisas: a terra, que antes pertencia a todos, possui agora um só dono e os bens são valorados, recebendo um preço.

Na visão de Rousseau, o nascimento da propriedade privada era algo que nunca deveria ter acontecido. Pontua que a sociedade não deveria ter aceitado a idéia posta por aquele que cercou um primeiro espaço de terra e o batizou como propriedade, tendo-o como seu.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém.(ROUSSEAU, 1991, p. 259).

Para o citado autor, a propriedade privada é a causa de toda desigualdade social. É por meio dela que as desigualdades se materializam, ganham formatos e se disseminam.

Na concepção de Morus, enquanto existir a propriedade privada, a maior e melhor parte da humanidade carregará uma árdua e irremediável carga de miséria e de inquietações. Considera que “esse fardo pode ser aliviado numa pequena medida; mas suprimi-lo completamente é impossível” (MORUS, 1997).

Em se falando de sociedades igualitárias, na obra *O Direito dos Povos* de John Rawls, (2001) existe uma exaltação da igualdade entre os povos baseado num preceito de colaboração mútua, que proporciona a eles alcançar uma qualidade de vida melhor para os seus cidadãos.

As sociedades “decentes”, conforme Rawls, (2001) dizem respeito àquelas que mesmo conseguem garantir aos cidadãos o bem comum, o respeito mínimo aos direitos humanos e também garantir a liberdade política.

Rawls se preocupa em inventar um panorama onde seja possível “*sociedades democráticas constitucionais razoavelmente justas existirem como membros da Sociedade dos Povos*”, levando em consideração, naturalmente, a multiplicidade cultural entre os povos.

Desta forma, a idéia de criar uma utopia realista se entende quando Rawls, a partir da análise da realidade social que vigora, tenta arquitetar um mundo em que esses males deverão desaparecer. Para Rawls é de essencial importância imaginar que é possível alcançar esse mundo ainda não existente:

Começo e termino com a idéia de uma utopia realista. A filosofia política é realisticamente utópica quando expande aquilo que geralmente se pensa como os limites da possibilidade política prática. Nossa esperança para o futuro da sociedade baseia-se na crença de que a natureza do mundo social permite a sociedades democráticas constitucionais razoavelmente justas existirem como membros da Sociedade dos Povos. (RAWLS, 2001, p.6).

Para ele, esses males tão logo desaparecerão porque implicarão numa distribuição de sucesso entre os indivíduos. O sucesso, na concepção de Rawls, é demonstração da “*conquista de justiça política e social para todos os seus cidadãos, assegurando suas liberdades básicas, a plenitude e a expressividade da cultura cívica, assim como o bem-estar econômico decente de todo o seu povo.*” (RAWLS, p.58 e 59).

Quanto à existência de sua utopia realista, Rawls se expressa firmemente, assegurando que

Não devemos permitir que esses grandes males do passado e do presente solapem a nossa esperança no futuro da nossa sociedade, pertencente a uma Sociedade dos Povos liberais e decentes ao redor do mundo. Do contrário, a conduta errônea, má e demoníaca dos outros também nos destrói e sela a sua vitória. Antes, devemos sustentar e fortalecer nossa esperança, desenvolvendo uma concepção razoável e funcional de direito político e justiça que se aplique às relações entre os povos. (RAWLS, 2001, p.29).

Para o citado autor, a sociedade dos povos pode alcançar e manter sua estabilidade por meio de instituições políticas e sociais justas, em suas ações e transformações. Para ele, a justiça traduz-se na igualdade entre as pessoas, reconhecidas como indivíduos livres e iguais entre si. (RAWLS, 2001)

Os povos são uma sociedade que representa uma colaboração mútua no sentido em que, estão aptos a oferecer uns aos outros cooperações justas referentes à política e ao social. Assim, a Sociedade dos povos é percebida a partir da escolha de seus princípios de justiça, como um espaço pautado na igualdade de todos os povos enquanto povos, onde todos eles estejam prontos para instituir entre si unidades sociais cooperativas.

Da análise de liberdade e igualdade como elaborados por Rawls, 2001, é possível perceber que a utopia serve de impulso para concretizar uma sociedade mais igualitária no futuro. O impulso utópico tem ligação com o real, quer se delongar no futuro, numa sociedade e num modelo de ação. Ela se sustenta de acontecimentos reais, mesmo que para não concordar a eles.

Significa perceber que, a partir da realidade, é possível planejar um ajuste social preparado para ser realizado. As medidas do possível não são dadas pela realidade em que estamos inseridos, pois o futuro pode resultar de transformações que os indivíduos fazem nas e das organizações políticas e sociais.

3.2 Organização do MST e MTST: Esperança coletiva

Ao analisarmos movimentos, onde várias pessoas atuam conjuntamente, passamos a indagar sobre o que os leva a agirem em conjunto. Perguntamo-nos qual a razão do “transitar” de um pensamento ao encontro do outro, de um projeto ao outro, de uma ação à outra. Obviamente que a resposta encontra-se nos objetivos e desejos que são comuns a cada um que integra o movimento. Ou seja, as pessoas se unem por um mesmo ideal, pois compartilham deste mesmo desejo.

Para Maria da Glória Gohn, 2001, o cidadão coletivo que está inserido nos movimentos de lutas sociais reivindica não individualmente, mas têm seus interesses pautados no interesse da coletividade.

Apona, ainda, que tais grupos podem ser de diversas naturezas:

Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que lutam pelo acesso a algum tipo de moradia etc. Junto com as demandas populares [...] encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano de produção ou dos direitos humanos, vida, saúde, educação e moradia, mas igualmente expropriados no plano de seus direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação. Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (GOHN, 2001, p. 16).

Para Touraine, 1997, o movimento social existe em razão de defesa de interesse material como fortalecedor de questão social. Desta maneira, num contexto amplo, o movimento social, por vezes, está associado à concepção de cidadania e de participação política e social. Enquanto que sobre cidadania se entende a conquista e efetivação de direitos, a participação social e política denotam uma co-gestão da população na política e no cenário social do país.

A interlocução do sujeito com outros indivíduos da mesma classe social, ou seja, a interação a partir dos movimentos sociais proporciona processo de formação do sujeito, já que este mesmo processo não pode ser realizado individualmente.

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não

existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (TOURAINÉ, 1998, p. 302).

É exatamente por este processo não individualista de formação do sujeito que Touraine, 1997, une a noção de sujeito ao tema dos movimentos sociais.

Exemplos disto são os dois movimentos que aqui servem de “representação” para o estudo da Utopia: Tanto o MST quanto o MTST são frutos da junção de mesmos ideais sociais.

No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, foi desde as dissensões ocorridas no Pontal do Paranapanema, em 1979,¹⁹, que o grupo de trabalhadores começou a notar consciência social coletiva da importância e da necessidade de se realizar a Reforma Agrária, cedendo espaço para possibilidades de novas conquistas em todo o país.

Conforme pontuado pelo próprio movimento: “O MTST é uma organização coletiva. A forma de organizar o movimento e suas lutas tem como alicerce diferentes tipos de coletivo.” (MST, 2016).

Afirma que buscam estabelecer três tipos de coletivos, cada qual com uma função específica:

- Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) – tem a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país.
- Coletivos Organizativos (Setores) – tem a função de tomar decisões e executar tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST.
- Coletivos Territoriais (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) – tem a função de tomar organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla. (MST, 2016)

Além do mais, é incumbido a cada militante que participa de um coletivo realizar determinada tarefa, “*seja esta territorial ou organizativo-setorial. E o cumprimento da tarefa deve ser submetido à avaliação coletiva de tempos em*

¹⁹ Considerada o embrião do MST, foi a partir desta ocupação que cresceram as lutas e a militância ao longo da década de 80.

tempos (no máximo 1 ano), podendo modificar o militante responsável.” (MST, 2016).

Sendo assim, ao se analisar as práticas, as lutas e toda a organização do MST, este poderá ser considerado como um espaço de formação de uma identidade, do indivíduo social Sem Terra, vez que é a partir das suas lutas no movimento que a formação humana vai-se produzindo.

A partir da formação dos grupos de famílias, se inicia uma ocupação, com a realização das atividades de base e conscientização que se cria nos acampamentos, nas lutas, manifestações, nos negócios, na aquisição da terra. A Frente de Massa que é a responsável por esse conjunto de ações, trazendo pessoas de fora para dentro do MST, que no processo do enfrentamento popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra.

Para Bogo, 1998, o MST sustenta-se numa estrutura dupla por ser um amplo movimento de massas, mas no interior destes possuir uma estrutura organizativa que sustenta o movimento, fazendo deste uma organização de massas. O movimento esteia seu programa de Reforma Agrária partindo da idéia de transformação da estrutura da propriedade da terra e da dependência dessa propriedade às necessidades da sociedade e à justiça social. Tendo como finalidades comuns construir uma sociedade livre de exploradores, onde o trabalho sobressaia ao capital.

Já quanto ao MTST, este passou a se organizar como movimento social pelo fato de os trabalhadores se concentrarem mais na região periférica das cidades: *“Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes.” (MTST, 2016).*

A partir de então, foram criadas identidades coletivas dos trabalhadores em torno de suas lutas para concretização de seus objetivos comuns, ou seja, que todos usufruam igualmente dos benefícios que são postos à sociedade, e não que estes benefícios sejam usufruídos apenas por um grupo em detrimento de outro:

Queremos derrubar os muros sociais que dividem a cidade. Dizer em alto e bom som que a cidade deve ser de todos e não usufruída por um pequeno grupo que pode se estabelecer nos melhores lugares e

ter acesso a bens e serviços privados. A cidade privada para poucos é a cidade da privação para maioria. (MTST, 2016).

Assim, o MTST atua na intenção de criar identidades coletivas dos trabalhadores em torno de suas reivindicações e de suas lutas, que são comuns a todos que aderem ao movimento.

O MTST se organiza pautado em alguns princípios como condição para o exercício de qualquer militante no movimento. São eles: “*Unidade na ação e liberdade na discussão*” (dão aos militantes o direito de posicionamento e debate de suas propostas nos coletivos em que integram. Porém, uma vez acentuada a posição do grupo, medite acordo ou voto, têm que agir de acordo com ela); “*Decisão coletiva e responsabilidade individual*” (No MTST as decisões são tomadas coletivamente); “*Só decide quem atua*” (Só há lugar no movimento para aquele que estiver empenhado com o cumprimento das decisões tomadas); “*Disciplina militante e valores socialistas*” (deve haver uma coerência entre a conduta do militante do MTST e a proposta do movimento); “*Transparência nas relações*” (É essencial no MTST que os posicionamentos e as diferenças sejam acertadas de forma clara e transparente); “*Construção de poder popular*” (consiste em duas demandas basilares: autonomia e formação política. Autonomia implica que as decisões do MTST são tomadas pelo próprio movimento, não se permitindo interferência alguma. A formação política quer dizer a sugestão de sempre formar militantes na base do movimento para atribuírem-se responsabilidades políticas e tomar parte das decisões.)

Para que estes princípios tenham efetividade, o movimento dá importância aos seus Setores, apontando o povo como combustível do movimento. A função de organizar os trabalhadores que integram a parte do MTST é dos Coletivos territoriais,

Mas, além do combustível, precisamos do motor, a engrenagem que faz a organização do Movimento avançar. Este é o papel dos Coletivos organizativos, que são os setores. Quando os setores funcionam bem, o MTST se organiza melhor. A formação dos militantes, a sustentação financeira da organização, nossas negociações, tudo isso depende de um bom funcionamento dos setores para dar certo. (MTST, 2017)

Desta maneira, tanto no MST quanto no MTST os indivíduos atuam em grupo, não pensando apenas no indivíduo em particular, mas vivendo uma esperança coletiva.

E este seria o método defendido por Weber, consistente em compreender o sentido das ações dos indivíduos em sociedade. Para Weber, a sociedade configura um conjunto de indivíduos que atua tendo o outro como o ponto de partida e ao mesmo tempo como destinatário, ou seja, à Ação Social. Essa ação é direcionada para cada indivíduo, sendo que suas maneiras de agir são mudadas pela sociedade que cada um vive. (WEBER, 1991)

A ação social é um conjunto de objetivos mais apropriados para que haja uma transformação nas sociedades.

Desta forma, para Weber, a ação social se traduz numa ação, cujo sentido visado pelo agente ou os agentes, visam ao comportamento de outros, guiando-se por este em seu curso. Acrescenta que a ação é um comportamento do homem dentro de uma relação que tenha sentido subjetivo. E que na ação social, o sentido visado pelo agente diz respeito ao comportamento do outro. (WEBER, 1991)

Relevante destacar que, conforme Weber (2012), os 'outros' tanto podem ser seres individuais e conhecidos, como pode vir a ser uma variedade indeterminada de pessoas totalmente desconhecidas. O autor ressalta que na ação social o comportamento do agente é significativamente orientado pela conduta de outro/outros.

Acrescenta-se que, ser militante do MST, é também uma questão de escolha. Segundo Lerrer (2008):

A militância é uma escolha de como viver a juventude e decorre no período que geralmente transcorre entre os 18 e os 27 anos. Neste período, os jovens geralmente estão em busca de seu lugar no mundo dos pais e possuem um leque de possibilidades abertas, que estão de acordo com a estrutura e origem familiar, mas também são determinadas por escolhas e atitudes individualmente tomadas neste contexto familiar, cultural e social. (LERRER, 2008, p.128)

Na visão de Mijolla-Mellor (2009), escolher ocasiona investir em um destino que não se sabe ao certo como será. Optar militar no MST, se engajar num projeto

de sociedade onde tudo é contraditório ao que vivemos na sociedade atual é apostar no desejo.

Ao apostar, escolhe correr riscos e concorda em viver na contramão da sociedade em que vivemos em busca da sociedade sonhada.

Com estas considerações, temos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, encaixam-se na concepção de ação social trazida por Weber. A atuação do MST e do MTST nada mais é do que uma resposta à maneira de agir da sociedade e do Estado. É com base na forma como a sociedade se organiza que os citados movimentos atuam. Ou seja, atuam na esperança de que haja uma resposta do outro, no caso do Estado e da estrutura da sociedade.

3.3 Utopia: elemento constitutivo da ação política do MST e MTST?

Quando falamos sobre utopia, levantamos para discussão alguns dos seus variados significados que foram adquiridos ao longo da história. Contudo, ao tomarmos o conceito de utopia enquanto movimento/impulso, ressaltamos aqui um dos seus principais significados: um elemento importante para a ação política.

Além de incentivar os homens a viverem em conjunto e a buscarem viver em uma sociedade igualitária, através da política, a utopia atua como transformadora da realidade social.

[...] Lembrar que a emancipação moderna e o desejo de justiça estão na origem das especulações utópicas. E, lembrar, também, duas outras coisas derivadas dessa constatação. A primeira: essas especulações inclinam os homens a imaginarem ou a descobrirem novas formas de vida em comum. A segunda: por essa razão, um mundo sem utopia, a rigor, corresponde a um mundo sem política. (STARLING, RODRIGUES, TELLES, 2008, p. 16)

Enquanto ideia política, a utopia se apresenta como uma crítica à ordem social vigente e outra ação destinada a criar melhores alternativas, tanto desenhando um futuro novo quanto restaurando no passado valores até então

perdidos. A utopia enquanto movimento, nasce pela negação do que existe, apostando num território incerto de possibilidades. (STARLING, RODRIGUES, TELLES, 2008)

A história da utopia é a mais remota forma de refletir sobre política. Entre tantos exemplos que ilustram esta ubiquidade da espera por algo melhor no futuro, temos a miragem da “terra sem mal” idealizada e buscada pelos tupis-guaranis até mesmo antes que os portugueses e os missionários cristãos chegassem ao novo mundo e a República idealizada por Platão. (GIANNETTI, 2016)

A utopia política se direciona a uma sociedade justa onde as vontades sejam boas, para uma posteridade contrária aos ideais da propriedade privada: “*A utopia comporta uma tensão para o futuro mas, ao mesmo tempo, acomoda-se também com o exame do passado e das ruínas do real e com o pensamento mítico e poético, também eles “sem lugar” num real amortalhado*”. (BRANDÃO, 2008, p.170)

Desta forma, existe um descompasso entre o real e o desejo, entre o medo e a esperança, GIANNETTI (2016), explica-o como um “quadrante do desespero”.

Os pontos de vista e os focos de preocupação variam ao infinito, mas toda reflexão crítica sobre a vida em sociedade envolve uma definição em torno de dois parâmetros básicos. O primeiro é a extensão do hiato entre, de um lado, o mundo tal como ele existe e, de outro, o mundo como ele poderia e deveria ser: o fosso entre o real e o ideal. E o segundo é o grau de poder e de competência do qual se dispõe a fim de transformar a realidade na direção desejada: o eixo que se alonga do voluntarismo extremado, no qual tudo é questão de vontade, ao absoluto fatalismo de que as coisas são como são e não há nada que se possa efetivamente fazer para mudá-las. Na matriz definida pelas combinações desses dois pares, o quadrante do desespero tem endereço certo: a percepção de um hiato absurdo entre a realidade e o potencial humano aliada a uma não menos aguda sensação de impotência diante do desafio de impulsionar a mudança. – Enfrentar e neutralizar o repuxo gravitacional do quadrante do desespero é a tarefa diuturna dos que lutam para manter viva a chama da expectativa de algo melhor no futuro – o corpo a corpo da esperança. (GIANNETTI, 2016, p. 82-83)

Ou seja, a distância entre o real e o que é ideal, gera nos homens um desejo de mudança e, ao mesmo tempo, uma impotência diante dos desafios que dele podem decorrer.

Neste contexto, traçando um paralelo de Morus com os movimentos sociais objetos deste trabalho, aquele fantasiou uma sociedade – a constituição de uma ilha separada das mazelas que poderiam alcançar os habitantes de Utopia, ao passo que estes (o MST e o MTST) buscam essa ilha no meio de uma sociedade já estabelecida.

Morus arquitetou a Ilha Utopia, afastando a parte que dava acesso à Ilha, como forma de se proteger de tudo que permitisse alguma perda ou prejuízo na organização da sociedade utopiana, a sociedade ideal. O MST e o MTST, respectivamente e de maneira oposta à idéia de Morus, tentam erguer uma ponte unindo o campesinato ao mercado e possibilitando moradia digna aos trabalhadores.

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, neste contexto, importa resistência à ação violenta de apropriação das terras, que desencadearam intensos conflitos agrários na região, mas também se demonstra a dinâmica dos movimentos sociais que se alastravam em todo o País nas décadas de 70 e 80, como as lutas dos Movimentos no campo em diferentes Estados, dos trabalhadores assalariados rurais contra a opressão, ocasionando na construção do MST em vários Estados.

O plano ideal de preparo para a conquista do espaço social é o que move os sonhos de cada militante, de cada dirigente, de cada liderança. De certa forma, não é tarefa difícil identificar as dificuldades que se deparam no transcorrer desse processo. Como, por exemplo, buscar aumentar o número de integrantes.

Uma das questões atuais internas do MST é, justamente, lidar com o desejo de migração da juventude para a cidade, não apenas pelas seduções oferecidas por ela, mas também pelas possibilidades de realizar as potencialidades que o jovem começa a conhecer em si próprio e de encontrar outras experiências e outros modos de vida, entre os quais escolher o seu. (BRANDÃO, 2008, p. 191)

Os que decidem integrar o MST são unidos pelo desejo da conquista da terra, da reforma agrária e de uma sociedade mais justa e fraterna para todos; e isto é o que os incentivam a aderir ao movimento.

O movimento do Sem Terra tem como característica responder às questões relacionadas à estrutura agrária brasileira, ao padrão de desenvolvimento que o país

tem tomado, além de buscar transformar a realidade social, isto é, produz ações no sentido de promover uma transformação basal nas relações sociais (WALLERSTEIN, 2005).

Neste sentido, o MST possui característica nacional que surte efeitos na economia e na política.

No entanto, o sucesso dessa forma de reivindicação e, por conseguinte, desse movimento, parece estar também em elementos que estão para além dos processos sociais agrários. Mais especificamente, aqui se defende a tese de que o MST foi o responsável pelo surgimento de uma nova forma de relação entre o Estado e os movimentos sociais (ACHUGAR, 2007, p. 98)

Articulando-se nacionalmente, estes movimentos constroem um padrão organizacional na sociedade que fortalece a conquista de seus ideais, construindo uma estrutura forte para seguirem na luta.

Outra forma de buscar fortalecimento foi por meio de alianças firmadas pelo movimento com partidos e forças políticas e sindicatos, fazendo com que essas mesmas forças também tomassem para si a defesa da reforma agrária como. Desta maneira, aumenta uma influência mútua na política com as entidades e organizações, pois, ao prestar apoio, também o recebe.

Construir alianças significa fortalecer e defender os projetos sociais para que superem o padrão de sociedade vigente e se comprometa com a reforma agrária, sendo que isto não se consegue somente na luta, na escola, ou no trabalho, mas está diretamente relacionada com outros modelos sociais e com fortes alianças. É por este motivo que, em alguns momentos, apóiam disputas eleitorais.

Os integrantes deste movimento se dedicam cotidianamente para alcançar os ideais do movimento. Além de aderir aos ideais e se dedicar aos objetivos do MST, o desempenho de algumas atividades também faz parte desse conjunto que caracteriza o militante do MST. Para Lerrer (2008), os militantes são:

[...] aqueles que ocupam um cargo ou uma função específica na hierarquia do MST e dentro de seus setores e que, para tanto, passaram por vários cursos de formação onde foram construindo

laços de sociabilidade e incorporando não só os discursos, as bandeiras de luta, como o habitus. (LERRER, 2008, p. 178)

Segundo Löwy (2001), Che Guevara é o mais importante inspirador do MST. Che acreditava que os próprios trabalhadores conquistariam sua emancipação; que a revolução, além de modificar as estruturas sociais, deve transformar os homens e as mulheres.

Assim, o ideal de transformação social do MST é fruto de utopia em sua dimensão crítica do mundo contemporâneo, que ultrapassa a crítica, pois é também antecipação do novo.

Contudo, o MST não surgiu a partir de idéias e sim entre os camponeses pobres que foram oprimidos e expropriados. Por terem sido expulsos e expropriados, os camponeses reagiram, formando o MST. Assim, a utopia deste movimento veio em resposta a toda essa situação vivida. Atualmente, o MST continua lutando pela reforma agrária e na luta pela concretização de um projeto popular para o Brasil, pautado na justiça social e na dignidade humana. Depois de 500 anos de luta do povo brasileiro e muitos anos de existência do MST, a reforma agrária ainda não foi realizada no Brasil.

Consoante leitura de, Araújo, em *Utopias Agrárias*, 2008: “*Como as reivindicações por terra não se têm encerrado na mera obtenção de um lote, as lutas do MST suscitaram nos últimos anos a emergência de novas demandas políticas ligadas à pequena produção.*” (ARAÚJO, 2008, p. 113)

Deste modo, o MST, ao longo da história, se tornou um dos exemplos mais fidedignos de que no Brasil os movimentos sociais conseguem mediar o Estado e a Sociedade Civil, “*mobilizando pessoas, este movimento alterou profunda e definitivamente a história recente das ações coletivas em todo o país.*” (ARAÚJO, 2008, p. 113)

Através de suas atividades na sociedade, destaca como, na história, a transformação social é necessária. O movimento, por suas formas de embates, robustece a existência da luta de classes e se posiciona contrariamente ao capital.

Esse embate do MST contra o capital está diretamente relacionado à articulação política do movimento, por meio da formação política de seus membros,

exatamente por meio da responsabilização dessa formação política como também pelo fortalecimento de alianças que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra se torna peça no cenário político.

Muito além da questão de aquisição de terra, o MST, dentre tantos de seus objetivos, acredita que deve haver na sociedade uma mudança significativa, para isto, busca ampliar seus ideais políticos. Para cumprir com esse propósito de tornarem sua proposta mais ampla, combatem a apropriação ilegal da terra e a expropriação, buscando de todo modo defender o trabalhador explorado.

Acabar com a propriedade, significa abolir com o que ocasiona as desigualdades econômicas, sendo que estas têm origem nas diferenças de prestígios entre um indivíduo e outro.

Embasado no ideário político, as táticas de luta determinam o modo de cada movimento. Neste sentido, o modo com que o MST atua nas suas ocupações, como instrumento político, é questionado por outros movimentos sociais.

Todas essas lutas, as várias bandeiras e as variadas formas de contestação, fazem com que a busca pela Reforma Agrária tenha maior visibilidade nos meios de comunicação. Assim, o Estado e a sociedade passam a dar maior atenção ao projeto de efetivar a Reforma Agrária, fazendo deste objetivo do movimento um objetivo do país, colaborando com as propostas de luta do MST.

Quanto ao MTST, a sua principal forma de atuação é por meio da ocupação de terrenos urbanos. O seu maior empenho está direcionado à construção e sustentação das ocupações. A ocupação representa além da luta por moradia, mas um instrumento de acúmulo de forças para o movimento alcançar seus objetivos.

Algumas metas são comuns a todos nossos acampamentos. Como:

Formação de novos militantes – as ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST. Organização e mobilização coletiva – as ocupações devem representar a prioridade das soluções coletivas sobre as individuais, tanto através da mobilização como via para conquistas, quanto na construção de espaços coletivos, tais como cozinhas, saraus, biblioteca, dentre outros. Territorização – O local onde fazemos uma ocupação é algo determinante para a influência que pode ter. Fazer um acampamento próximo ao Palácio de Governo,

ou ao lado de uma importante rodovia, ou ainda próximo de um grande porto ou aeroporto nos dá um poder de intervenção muito maior do que fazer no final da cidade, próximo à área rural. Referência nas comunidades – Um acampamento sempre acaba, seja com o despejo ou com a conquista. (MTST)

Deste modo, a ocupação se constitui como um ponto de partida para o desenvolvimento de um trabalho mais amplo.

Utilizando as palavras de Karl Marx “*Mudanças na sociedade ocorrem a partir da ebulição dos movimentos sociais: contra o capital e o Estado.*” (MARX, 2007, p. 17)

Daqui a extrema importância dos Movimentos Sociais: são eles que reivindicam mudanças, cobram transformações, expõem a insatisfação da sociedade com as decisões governamentais e buscam respostas quando necessárias para alguma situação.

Assim, na política, os integrantes do MST e do MTST se sentem com mais poder, pois ela aumenta o status deles dentro do movimento e a capacidade de o sujeito se desprender e ocupar outros espaços na sociedade. (NARITA, 2000)

O MST e o MTST são movimentos que manifestam ações, possuem pautas, planos e que direcionam politicamente a sociedade, dando-a capacidade de acordarem e incorporarem-se ao modelo vigente de sociedade. Seus integrantes são movidos por ideais de transformação social, é isto que os impulsionam a ir à luta.

Desta forma, embora para o senso comum todo projeto que aparente ser irrealizável seja uma utopia, a utopia trata da ideia de uma sociedade ideal. O que importa é entender que o desejo causa mudança e movimento, sendo o ponto de partida da constituição das utopias ao mesmo tempo em que é também orientado por ela.

A utopia, no MST e no MTST, norteia diretamente suas atuações para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, sem deixar de criticar a sociedade concreta. A utopia em ambos os movimentos preza pelo passado e se orienta para o futuro.

Apesar de vivermos em uma época onde parece predominar a crença conservadora de que o presente é decorrência natural do que passou, o MST e o MTST vão a um sentido oposto, ao amparar uma utopia socialista-comunista. A utopia do MST e MTS nasce como rebate a uma condição de exclusão e expulsão e constrói outro futuro possível; produz saídas na realidade e se envereda pela criatividade, pela imaginação e pela esperança.

O Movimento dos Sem Terra e o Movimento dos Sem Teto oferecem exatamente essa esperança aos seus integrantes, ao mesmo tempo em que os asseguram a assumir as consequências destes desejos que os movimentam.

O fato de já terem conquistado a terra ou o teto almejados não significa que eles tenham alcançado o tão sonhado “paraíso”, pois outros dilemas aparecem e muitas das remotas dificuldades permanecem. A aquisição da terra e do teto é admirável, mas sempre faltará algo mais e, muitas vezes, este algo representa bastante para eles. Conquistar a terra e o teto representa um primeiro passo em direção às grandes mudanças, pautada na luta por uma sociedade justa e fraterna para todos.

Destarte, desde seus primeiros passos até hoje, a idéia de utopia costuma ser defendida por seus autores. Além de um modelo de uma sociedade futura, é um guia para a busca das transformações razoáveis.

Todo projeto político que visa transformar a sociedade, possui nas suas raízes um desejo de sociedade renovada, que ainda não foi descoberta. Sem isto, as questões políticas seriam meramente relativas à destinação de recursos. Em outras palavras, se não existisse a utopia como elemento das ações políticas, a sociedade estaria condenada à imutabilidade, a permanecer como já existe. É neste sentido que utopia afirma a humanidade como auto-instituída.

Como se depreende, existe uma grande cautela quando se tenta definir os limites do conceito da utopia, mesmo quando limitado a um elemento no contexto político.

Creio, também, que, embora muitas utopias sofram do delírio racional de reconstruir o mundo num registro de perfeição que despreza a natureza densa e opaca da realidade, sem imaginação utópica estamos condenados a, em nome da denúncia do

implausível, aceitar o inaceitável com o qual o real nos violenta diariamente. (WEINHARDT, 1994, p. 48)

A capacidade de sonhar e desejar a mudança aduba o real e alargam as fronteiras do que é possível. Se esquivar ou tomar posição de defesa diante de uma mudança e de criação de uma sociedade nova é viver condenado aos males do passado. Se o sonho em desarmonia com o real é vazio, o real sem um sonho é deserto. No processo que norteia as relações humanas, o futuro é uma resposta à força e à ousadia dos nossos desejos. O querer move. (GIANNETTI, 2016)

Neste sentido, duas verdades competem entre si. De um lado, o sonho não deve ignorar os limites do possível, do mesmo modo, um modo de vida individual ou coletivo precisa ter base na realidade das situações e limitações existentes. (GIANNETTI, 2016)

Mas pelo que aqui foi exposto, comporta dizer que a utopia é de grande valia e necessidade para que se dê continuidade à imaginação política e para que se confie na existência de um futuro com mais liberdade e menos desigualdades. (WEINHARDT, 1994, p, 46).

A utopia norteia a ação política dos movimentos sociais que, insatisfeitos, questionam a ordem existente e sonham uma sociedade que desprenda dos males e se projete para um futuro que atenda aos seus ideais sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é imaginativo, tem o poder de desejar e é o único capaz de impulsionar sua vida. Ele se distingue, desde as sociedades pré-capitalistas, pela sua capacidade de ideação e de questionar a realidade em que vivem e do seu próprio destino enquanto ser social inserido numa coletividade.

Desde o seu surgimento, na célebre obra de Thomas Morus (1992), a utopia abarcou uma variação de conceituações, sempre no intuito de aprimorar o modo como as sociedades se organizam e funcionam. Em todas as épocas, a utopia permitiu que as pessoas indagassem sobre o presente (a realidade) para, assim, se lançarem a um futuro que correspondesse aos seus desejos enquanto sociedade.

Sobre o desejo e a realidade, Giannetti (2016), aponta que há uma curiosidade em como lidar com o vazio existente entre ambos, havendo um desacordo entre as aspirações e os obstáculos. E, segundo ele, há duas saídas para diminuir ou acabar com esse desacordo. O primeiro seria relacionado ao interior da pessoa, que deve se adaptar conformando suas vontades e desejos às coisas tais como elas são; a outra opção é atuar sobre o mundo, mudando a realidade e intervindo no rumo das coisas até que estas se adéquem e supram os nossos desejos. (GIANNETTI, 2016)

Mesmo que um dia os ideais de mudança sejam vencidos em seus respectivos tempos, as idéias que alimentaram esses desejos permanecem vivas durante o decorrer dos tempos, ou seja, as utopias sobrevivem e alcançam as próximas gerações, permitindo a elas prosseguirem até que sejam superadas as adversidades que assolam o presente.

Giannetti (2016) utiliza a colonização européia para exemplificar como a utopia no período renascentista contribuiu para a expansão dos territórios nos trópicos. O Brasil, portanto, é fruto do legado expansionista de uma visão utópica de um período histórico anterior da colonização, sendo portanto, o presente como fruto de algo que foi anteriormente sonhado.

Desta forma foi que Ernst Bloch (2005), na sua compreensão de espírito utópico, considerou a utopia enquanto um “não lugar” traduzido no seu “princípio esperança”. Para ele, a utopia consistia num alimento para as ações humanas

capazes de permitir aos homens moldarem suas idéias de emancipação, ante a ordem adversa que se busca superar. Assim, a utopia não vislumbrava o modo passivo ou abstrato de esperar por alguma mudança. Em seu ponto de vista, Bloch distinguiu “utopia abstrata” de “utopia concreta”, sendo que a utopia concreta nada mais era do que a consciência do que ainda não foi alcançado, mas que já pode ser vista a partir de novos caminhos que já foram traçados, ou seja, a criação de uma consciência livre (MUNSTER, 1993).

A base dos ideais utópicos se instituiu a partir de Saint-Simon, de Owen e Fourier, três reconhecidos idealizadores que, a partir de uma visão modificadora das estruturas sociais, se mostraram preocupados dispostos a enfrentar a crise que a sociedade de seus tempos passava.

Mas somente em 1516, na obra Utopia de Thomas More, que o gênero utópico ganhou o nome que o consagrou a partir da junção do advérbio grego *ou* que significa *não* com o substantivo *topos* que significa lugar, que significa o *não-lugar* que pode ser compreendido como uma visão de uma sociedade ideal.

Numa análise histórica, para o tempo em que teve origem, a utopia foi vista como revolucionária, introduziu uma base teórica para os indivíduos que se unem em torno de um mesmo ideal e buscam uma mudança ampla para a sociedade.

Assim, em outro sentido, a utopia é o que impulsiona os homens a empreenderem esforços para melhorarem. É o que os guia e movimenta para buscarem melhores condições sociais, objetivando a construir uma sociedade melhorada.

Como decorrência natural das idéias utópicas, os movimentos sociais representaram um instrumento de reação e contraposição às insatisfações com ordem em que vigem, representando uma maneira de buscar soluções para minimizar as diversas desigualdades sociais.

Na história do Brasil, vários foram os movimentos que tiveram a utopia como elemento de suas ações, exemplo deles foram Canudos, Contestado e Juazeiro.

Canudos, especialmente, foi um movimento religioso que teve amparo nos ideais utópicos. A sociedade de Belo Monte, criada pelo líder Conselheiro, pregava uma sociedade onde as pessoas vivessem de forma mais justa e harmoniosa. Assim, a utopia presente em Canudos se aproxima do *quiliastro orgiástico dos*

anabatistas, de Mannheim (2001), onde o *quiliasta* se orienta para a realização de um reino milenar vindo do Céu. A utopia *quiliasta* é vinculada o ideal às exigências de uma camada social oprimida. (RICOEUR, 2015)

Por sua vez, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são representações do acontecer da utopia que os impulsiona e os leva adiante, numa tentativa de mudanças imediatas na sociedade, mas, ao mesmo tempo, não se sintetizam em finalidades imediatas, pois os desejos sempre que realizados, darão vida a novos sonhos.

No MST e MTS, a utopia surge como repulsa a situação de exclusão social e expulsão sofrida por seus integrantes, levando-os a pensar um futuro diferente, mas possível de se alcançar. A utopia é essa esperança que os permite saídas na realidade.

Tanto o MST quanto o MTST proporcionam essa expectativa aos seus membros, mostrando a eles que novos caminhos são possíveis.

Não se trata de promessa de uma sociedade perfeita, até porque numa sociedade perfeita não haveria mais o que mudar. Numa sociedade perfeita, não há garantia de felicidade plena ou de que os objetivos seriam alcançados. Contudo, o diferencial é que viver numa sociedade melhorada possibilitaria a eles maiores condições para alcançarem seus objetivos e realizarem seus projetos de vida.

Conquistar um pedaço de terra ou um teto, não leva a crer que os ideais de ambos os movimentos já tenham sido alcançados, não significa que já chegaram a tão sonhada sociedade perfeita, pois novas adversidades surgem e alguns dos obstáculos perduram. Por mais que se consiga o teto ou a terra, algo ainda estará em falta. E este algo, nem sempre significa pouco para eles. Por isto, conquistar a terra e o teto importa somente o começo de grandes mudanças, baseadas na luta constante por uma sociedade melhor para todos.

Com planos, pautas e ações próprios, o MST e o MTST são movimentos que direcionam politicamente uma sociedade, e a utopia é o elemento desta ação política. É este impulso utópico que os faz capazes de se organizarem em torno de um mesmo ideal e buscá-lo, incorporando-o ao modelo de sociedade vigente. Os que integram o MST e o MTST são movidos por desejos de transformação da sociedade, ou seja, os impulsionam a ir à luta.

A razão isoladamente não move: criar um mundo novo exige sonho. “O segredo da utopia reside na arte de desentranhar a luz das trevas. Há um futuro luminoso querendo despertar das sombras do presente”. (GIANNETTI, 2016, p. 178)

Consoante Martin Buber, “*utopia é o desenvolvimento das possibilidades latentes na comunidade humana, de se concretizar uma ordem justa*”. Isto significa que a utopia é algo extremamente possível de acontecer. Sua efetivação apenas depende da ousadia e do esforço humano.

No mesmo sentido, Giannetti, 2016 leciona que o mal e a falta de tempo não devam causar desânimo ou deprimir, pois o destino não deixa de acontecer. E ele corresponde às nossas forças e à nossa ousadia em lutar por algo.

Desta forma, favoráveis, contra ou indiferentes à ordem social vigente, o indivíduo precisa deste impulso utópico para alcançar seus ideais de sociedade.

Quando, em conjunto, se sonha o mesmo sonho, este então se torna utopias suscetíveis de se realizar. Nesse contexto reside o pensamento utópico: mesmo nas maiores adversidades, ela proporciona forças para que se continue lutando para transformar a realidade.

O que há em comum nas utopias é exatamente essa capacidade de germinar esperança de que um novo mundo é possível. De que um futuro com melhores condições a todos é um futuro passível de ser alcançado.

Trata-se esta da ideia central da maioria das utopias: refletir sobre o presente prevendo em como mudar o futuro (CIORAN, 2011).

A utopia revela a esperança e se manifesta pela criação de um novo mundo, reelabora um novo futuro, propondo pressupostos de ação política em sociedades ideais. Para alguns utopistas, trata-se de reformular o homem na sua integridade e em consonância com a natureza. Graças a esses utopistas "históricos", inúmeras reivindicações utópicas acarretaram avanços sociais. Como, por exemplo, a organização social e do trabalho e a igualdade entre os sexos.

Alcançar melhoras para uma sociedade, sempre demandará trabalho coletivo: Até porque as mudanças são fruto de um aperfeiçoamento paciente do tempo; da enigmática constituição de um elo entre as seguidas gerações que já passaram com as que virão.

Assim, a utopia funciona como fundadora dos princípios democráticos, vez que ela proporciona a conquista de liberdade e a emancipação das pessoas. No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, é este impulso utópico o elemento de suas ações políticas na luta por sociedades mais justas.

Nos dizeres de Giannetti, a utopia, enquanto elemento político norteador das ações dos movimentos sociais, é capazes de “*nos fazer acreditar que podemos ser mais – muito mais! – que coadjuvantes*”. (GIANNETTI, 2016, p. 180)

Uma sociedade melhorada deve ser erigida a partir do que somos efetivamente e em coletividade; das aspirações que norteiam nosso mesmo destino. Deve ser inteligentemente baseado no passado, não se mantendo preso a ele, mas para que com ele tenhamos uma afinidade consciente e proveitosa.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. Utopias agrárias – Universidade, exclusão e natureza. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.
- AMMANN, S.B. 1991. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UnB, 1997.
- _____. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- BLOCH, Ernest. **O princípio esperança**. V. 1. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Contraponto, 2005. 433 p.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A geografia das utopias agrárias – Da cidade dos sonhos aos sonhos da terra. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BORGES, Patrícia Cardoso. A interpretação d'Os sertões, ontem e hoje. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002..
- CALDART, R. S. **Os sujeitos da Educação do Campo**, In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete(orgs). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Coleção Por Uma Educação. Básica do Campo, nº 4. Brasília: UnB, 2002.
- CLAEYS, Gregory. **Utopia: a história de uma ideia**. Trad. Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.
- DECCA, Edgar Salvadori e Maria Lucia Abaurre Gnerre: Trauma e história na composição de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERNANDES, Florestan. 2005. 324f. **Tese (Doutorado em Educação)**-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNS, Chris. **Narrating utopia: ideology, gender, form in utopian literature**. Liverpool: Liverpool University Press, 1999. Tradução de Elton Dias Xavier.

GALEANO, Eduardo. **Utopia e Realidade**. Espaço Acadêmico, n. 56, p.1-1, jan. 2006. 5. Mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56andrioli.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GOHN, M. da G. 2001. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2a Ed. São Paulo: edições Loyola.

GRAHAM, Robert B. Cunninghame. **Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio conselheiro**. São Paulo: Sá Editora/ Editora da UNESP, 2002.

HOFMANN, W. 1984. **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20**. R. J. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

JASMIN, Marcelo. Memória, palavra, conceito. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KUMAR, Krishan. **Utopia and anti-utopia in modern times**. New Jersey: Blackwell, 1991. 352 p. Tradução de Elton Dias Xavier.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST, 2008**.197f. (Doutorado em Ciências Sociais aplicada ao conhecimento do mundo rural).Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp078477.pdf>> Acesso em: 25 jun 2009.

LIMA, Nísia Trindade. A sociologia desconcertante de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**: introdução à sociologia do conhecimento. Tradução de Emillio Willems. 2.ed. Rio de Janeiro / Porto Alegre / São Paulo: Globo, 1952. 310 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2007.

MARCONDES, Ayrton. A terceira expedição. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MORUS, Thomas. 1997. **A Utopia**. São Paulo: Nova Cultural.

MORE, Thomas: **A Utopia**. 3º ed. tradução de Maria Isabel Gonçalves Tomás. Ed. Martin, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST). **O que quer o MTST?** In: Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas? São Paulo: Boitempo. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Capitalismo e classes sociais no campo**. In: LÖWY, Michael (org). O marxismo na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.

_____. **A hora da reforma agrária popular**. In: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano XXX, nº 323, fevereiro, 2014.

NASCIMENTO, José Leonardo. O cosmo festivo: a propósito de um fragmento de “A terra”. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, A. U. 2001. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: Estudos Avançados. As linhas políticas do MTST. Disponível em: 20/04/2016. A História de Luta Pela Terra- MST. Disponível em: 17/03/2016.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexander Hubner e Heloísa Janh. São Paulo: Cia. Das letras, 2009. 414 p.

PAQUOT, T. 1999. **A Utopia: Ensaio acerca do real**. Rio de Janeiro: DIFEL.

PLATÃO. 1966. **A República** (Diálogos v.111). Rio de Janeiro: Ediouro

POPPER, Karl Raimund. **A Sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. Tomo 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

RAWLS, John. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins fontes: 2001

RICOEUR, Paul. A ideologia e a utopia. Trad. Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Tradução de Sílvio Rosa Martins e Thiago Martins. Belo Horizonte, 2015. 365 p.

ROSA, Marcelo. Antropolítica, Niterói, 23, pg 2007,

SARGENT, Lyman Tower. **Contemporary political ideologies**: a comparative analysis. 14. Ed. Belmont: Wadsworth, cengage Learning, 2009. 342. p. Tradução de Elton Dias Xavier.

SARGENT, Lyman Tower. Em defesa da utopia. Tradução de Irene Enes. **Via Ponorâmica**, Porto (Portugal). V. 1, p. 3-13, 2008.

SARGENT, Lyman Tower. The tree faces of utopianism revisited. **Utopian Studies**, Missouri, v. 5, n. 1, p. 1-37, 1994. Tradução de Elton Dias Xavier.

SARGENT, Lyman Tower. **Utopianism: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2010. 145 p. Tradução de Elton Dias Xavier.

SARGISSON, Lucy. The curious relationship between politics and utopia. In: Moylan, Tom; BACCOLINI, Raffaella (Ed.) **Utopia Method vision**: the use value of social dreaming. Bern: Peter Lang, 2011. 343 p (p. 25-46) Tradução de Elton Dias Xavier.

SARGISSON, Lucy. **Fool's gold**: utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012. 311 p. Tradução de Elton Dias Xavier.

SEEL, Antoine. Por trás das palavras: fluxos e ritmos em Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. SILVA, R. A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional

SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie**. São Paulo: Annablume, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga: **O elogio da Pedagogia**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=>. Acesso em 3 de abril de 2016. Ed. Loyola, São Paulo, 2001.

VILLA, Marco Antônio: O “diário de uma expedição” e a construção de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

WALLESTEIN, Immanuel. **Utopística ou As decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 119 p.

WEINHARDT, Marilene. Baudelaire: A conquista da Modernidade. In: PAZ, Francisco Moraes. **Utopia e Modernidade**. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.

XAVIER, Elton Dias: **Da utopia de Bellamy à Distopia de Orwell: a viragem distópica no século XX**, Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

ZILLY, Berthold: Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.